



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2018

-----Aos vinte dias do mês de abril de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-

- 1. Informação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra;**-----
- 3. Composição das Comissões Permanentes;**-----
- 4. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;**-----
- 5. Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança;**-----
- 6. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017.**---

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Bertina Pereira João Duarte e Andredina Gomes Cardoso; -----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes e a substituta da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sara Raquel Almeida Marques Pereira.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, da Vereadora Felícia Maria Cavaleiro Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luis. -----

-----Informou em seguida que a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, tinha informado que não podia comparecer à presente e que seria substituída por Sara Raquel Almeida Marques Pereira. -----

-----Continuando os trabalhos a **Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes, fazendo uma saudação especial ao público e à comunicação social presentes. -----

-----Perguntou se havia alguma questão a colocar sobre o expediente recebido pela AMS desde a realização da sessão de 16 de março de 2018. Mas nenhum deputado diligenciou nesse sentido. -----

-----Informou que a Comissão de Líderes tinha acordado, e também com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, tendo em conta que a ordem de trabalhos tinha a apreciação da atividade municipal e o relatório e contas, que os pontos 5 e 6 ficariam para a sessão de 26 de abril. Portanto convidava-os a todos a deliberar sobre esta questão. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que o ponto 5. Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança e o ponto 6. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017, transitassem para a próxima sessão de 26 de abril.** -----

-----A **Presidente da AMS** chamou a atenção que sendo a sessão de 26 de abril a continuação da presente não seria enviada convocatória, ficando desde já todos convocados. -----

-----Deu conhecimento que a ata da AMS, aprovada em minuta, do mandato de 2013/2017, realizada em 11 de setembro de 2017, disponibilizada para consulta na PAMS, tinha sido apreciada pelos respetivos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato e como tal considerava-se aprovada. -----

-----Submeteu à votação a ata de 16 de novembro de 2017, sendo aprovada por unanimidade. -----

-----Informou que o Concurso “As Cores da Cidadania” tinha tido, mais uma vez, uma grande adesão e tinham sido entregues na Assembleia Municipal 178 trabalhos, divididos em, desenho, composição, poesia e fotografia. E portanto perante o Júri que está integrado no Regulamento, onde queriam destacar o representante do Plano Nacional de Leitura, era sempre importante e agradável compreenderem e perceberem que existe grande adesão e empenho dos jovens. A entrega dos respetivos prémios seria



Assembleia Municipal de Sesimbra

feita no dia 28 do presente mês, a partir das 10h00 da manhã, junto à Igreja do Castelo, convidando os deputados da assembleia e o público a estarem presentes. -----

-----Relativamente à Assembleia Municipal de Jovens informou que estava na sua parte final, na segunda-feira daria conta das propostas apresentadas pelas 5 escolas, aquilo que era o projeto financiado e aquilo que as escolas iam concretizar. O tema era baseado no Ano Europeu do Património Cultural e a sessão realizava-se também no dia 28 de abril, às 15H00, dentro de uma tenda, também no Castelo. E convidou todos os presentes a comparecerem.-----

-----Depois declarou aberto o **“PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

-----Informou que tinham para o “PAOD” 4 documentos: Um Voto de Pesar pelo falecimento de um funcionário da junta de freguesia do Castelo, Carlos Manuel de Sousa Simão (Comissão de Líderes); a Saudação ao 25 de abril e ao 1º de maio (Comissão de Líderes); a Recomendação sobre “Melhoria das Condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água- Quinta do Conde” (PS); e a Proposta sobre “Criação de um Regulamento de Registo de Interesses do Município de Sesimbra” (PS).-----

-----Cedeu a palavra à representante da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sara Almeida, que passou à leitura do **Voto de Pesar sobre o Falecimento de Carlos Manuel de Sousa Simão**:-----

-----“Carlos Simão, de 48 anos, funcionário da Junta de Freguesia do Castelo desde 2011, faleceu no passado dia 6 abril, vítima de doença súbita.-----

-----Desde cedo manifestou o seu empenho em cooperar no desenvolvimento e concretização de várias tarefas inerentes à descentralização de competências negociadas entre a Junta de Freguesia e a Camara Municipal de Sesimbra.-----

-----Carlos Simão, no âmbito das suas funções, esteve sempre na linha da frente, trabalhando e coordenando as respetivas equipas de rua, exercendo as suas tarefas com toda a dedicação e sentido de responsabilidade.-----

-----Os seus conhecimentos do território da freguesia, a relação com as respetivas estruturas, associações, e em especial com as populações locais, contribuíram, de modo muito positivo, para o bom funcionamento daquele órgão autárquico no âmbito das suas responsabilidades e competências.-----

-----Por estes motivos, pelo seu valor enquanto trabalhador da junta de freguesia do Castelo e pelo modo tão inesperado como nos deixou, a Assembleia Municipal, reunida a 20 de abril, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Carlos Simão junto da sua família e dos diferentes órgãos autárquicos da freguesia e do concelho de Sesimbra.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Dar conhecimento: Familiares, Juntas e Assembleias da freguesia do Concelho de Sesimbra; Camara Municipal de Sesimbra; Associação Nacional de Freguesias; Comunicação social local e regional.*-----

-----**Submetido a votação, o Voto de Pesar sobre o Falecimento de Carlos Manuel de Sousa Simão foi aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.**-----

-----Depois a **Presidente da AMS** fez a leitura da **Saudação ao 25 de abril e 1º de maio:** -----

-----*“A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.*-----

-----*O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Representou um momento histórico para a sociedade portuguesa e abriu as portas à Democracia, restituindo a liberdade aos portugueses, consagrando direitos e impulsionando transformações económicas e sociais.*-----

-----*Após as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, verificaram-se importantes intervenções na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excediam em larga medida as suas competências.* -

-----*O Poder Local representa, até aos dias de hoje, uma verdadeira conquista de abril dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira, que tem permitido um incontestável desenvolvimento das nossas comunidades.*-----

-----*Ao longo deste período vivemos avanços significativos e fundamentais, quer na conquista de direitos, quer na melhoria da qualidade de vida das nossas populações. A educação e a habitação conheceram novos horizontes na qualidade vida. Foram proporcionados níveis de saúde extensivos a toda a população, em especial às crianças e aos mais idosos.*-----

-----*Também o saneamento e as redes viárias foram e ainda hoje constituem um patamar de evolução indispensável ao desenvolvimento e crescimento quer do interior rural quer nas zonas mais distantes dos grandes centros urbanos.*-----

-----*É fundamental que as comemorações do 25 de Abril, que tem no movimento associativo o grande suporte, reafirmem a necessidade de continuarmos a defender os princípios democráticos que dignificam o trabalho e os trabalhadores, celebrado no 1.º de Maio, e que consolidam os direitos e deveres conquistados ao longo de mais de 4 décadas.*-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Assim é também um momento de valorização do 1.º de Maio e do que representou após a aurora de abril e ao longo deste período onde as estruturas sindicais, associações, movimentos de mulheres, idosos e jovens, organizações de vários setores laborais e profissionais, têm contribuído para a dignificação do trabalho e da sociedade portuguesa. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão ordinária no dia 20 de abril, saúda o 1.º de maio e os valores de abril pelas suas conquistas na melhoria das condições de vida das populações do município de Sesimbra. -----

-----Dar conhecimento desta Saudação: Presidente da Republica; Presidente da Assembleia da Republica; Primeiro-ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Junta Metropolitana de Lisboa; CGTP e UGT; Associação 25 de abril; Comunicação Social Local e Regional. -----

-----Colocou à votação a **Saudação ao 25 de abril e 1º de maio**, que foi aprovada por unanimidade.

-----Seguidamente a **Presidente da AMS** passou à **Recomendação “Melhoria das condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água, Quinta do Conde”**, que aqui se reproduz: -----

-----“Tendo como objetivo fundamental o bem-estar e a segurança das pessoas e bens, passamos a expor o seguinte: -----

-----1. Considerando o esforço que tem sido feito nas várias frentes, na Freguesia da Quinta do Conde;

-----2. Considerando a boa vontade dos Executivos, passados e presente, de tentarem resolver as situações que nem sempre tiveram uma boa iniciação, como é do conhecimento geral; -----

-----3. Considerando que haverá projetos elaborados para melhorar algumas situações; -----

-----4. Considerando que já noutras ocasiões foram apresentadas possíveis alterações a obras /vias em utilização há vários anos; -----

-----5. Tendo em conta as várias intervenções quer a nível de acessos, terraplanagens efetuadas até com a colaboração das Forças Armadas, continuam por resolver algumas lacunas existentes na Rua Guadiana (Boa-Água), no que diz respeito a: -----

-----a) Alargamento da Via; -----

-----b) Estacionamento;-----

-----c) Controlo da velocidade, (existem duas Passadeiras em pedrado e boleadas);-----

-----d) Fixação dos contentores do Lixo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----6. Os factos que levam a colocar estas situações são motivados por a Rua não estar a corresponder às expectativas dos moradores, ao ter em funcionamento dois sentidos de circulação e só existir um passeio, e não estar garantido o estacionamento em segurança; -----

-----7. Em horas de ponta, a maior parte dos moradores da Quinta do Peru, utiliza esta Via por a mesma dar acesso à Rotunda junto ao Supermercado Modelo que permite melhor acesso à EN 10, alternância com a entrada em Negreiros que é muito difícil e morosa e porque parece continuar a pugnar-se pela ausência e silêncio de uma inevitável rotunda, no entroncamento com a EN 10, cuja consequência vem potenciar os riscos acrescidos com a circulação na referida artéria, bem como à continuada degradação do pavimento com custos da responsabilidade do Município; -----

-----8. A velocidade utilizada na Via que, à primeira vista, poderá ser considerada excessiva, dificultando a entrada e saída dos estacionamentos privados e falta de espaço para estacionar na Via Pública, acidentes graves ocorridos, originando um morto, no passado recente e diversas viaturas envolvidas, no último incêndio, do Verão passado, naquela área, tendo em conta que as Autoridades e com razão, em tempos, autuaram os que estacionavam em cima do passeio e com o cenário da construção da Escola Secundária do Peru, o problema será agravado; -----

-----9. Em dias de condições atmosféricas mais adversas, os oito contentores de lixo existentes, tombam e ocupam a via ou os terrenos anexos que servem presentemente de estacionamento e atividades desportivas. -----

-----10. Face ao exposto, e acreditando que há um projeto no sentido do alargamento de quatro metros (4m) cedidos pela Família António Xavier de Lima, lado nascente, recomendamos que sejam feitas as alterações necessárias, ou outras alternativas, que permitam criar condições de segurança e bem-estar aos moradores e utilizadores daquela Via, assim como a manutenção do pavimento, principalmente nos últimos cem metros (100m), lado Norte, da Rua António Sérgio que é seguimento da dita Rua Guadiana”.

-----**A Presidente da AM** informou que quer este documento, quer o seguinte, tinham sido apresentados na última sessão da Assembleia Municipal, mas já um pouco depois do tempo que estava previsto, tendo ficado acordado que transitaria para a presente sessão. Deste modo na reunião da Comissão de Líderes foi acordado, para uma simplificação dos trabalhos, não ser apresentado mais nenhum documento.-----

-----Deu a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que referiu que a apresentação da recomendação ia ser feita pelo Deputado Pedro Mesquita a quem passava a palavra.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Pedro Mesquita** começou a leitura da Recomendação sobre a “Melhoria das condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água, Quinta do Conde, mas foi interrompido pela Srª Presidente da AMS que pediu desculpa de o interromper mas tinha sido acordado pela Comissão de Líderes que à exceção dos Votos de Pesar e Saudações, os outros documentos não seriam lidos. Nessa medida tinha sido intenção que documento fosse projetado, como estava naquele momento a acontecer, era esta a metodologia que estavam a praticar há algum tempo. -----

-----**O Deputado Pedro Mesquita** agradeceu a informação e disse que possivelmente esta tinha sido dada numa sessão em que não tinha estado presente. De qualquer forma a intenção da recomendação era no fundo uma sugestão de melhoria, face às condições que aquela via apresenta aos quintacondense, sobretudo aos que residem naquela zona. Como a recomendação indicava, existiam algumas situações problemáticas onde seria necessário, o mais breve possível, uma intervenção por parte dos serviços da Câmara, no sentido de as minimizar, nomeadamente o alargamento da própria via, visto que se trata de um escape à Estrada Nacional 10, pela zona interior da Quinta do Conde, nomeadamente as pessoas que vivem na zona do Peru e que tentam de uma forma mais fácil chegar atempadamente aos empregos. A proposta seria provavelmente a construção de uma rotunda naquela zona e melhorar os acessos, quer do estacionamento, quer das condições de segurança da própria via. -----

-----**O Deputado João Valente** referiu que concordavam com os primeiros cinco pontos da recomendação, estava de facto refletido o esforço que tem sido feito nas várias frentes na freguesia da Quinta do Conde. Contudo referia no documento que deviam ser cedidos 4 metros, mas esse espaço ainda não era propriedade da autarquia. No ponto 10 referia que tinham sido cedidos esses 4 metros pela empresa AXL à Câmara Municipal de Sesimbra, mas não tinham foram cedidos e estavam na posse da empresa. E isto queria dizer, que efetivamente existiu um protocolo, mas que nunca foi cumprido. E não foi cumprido porque era tripartido, um protocolo que existia com a empresa AXL, com a CMS e com o Grupo Desportivo do Conde 2. O Grupo Desportivo do Conde 2 ocupou excessivamente 2 lotes à empresa AXL e o entendimento tinha sido que seriam deixados os lotes livres para a empresa e seriam depois cedidos os tais 4 metros na faixa ao longo da Rua Rio Guadiana. Como os lotes não foram cedidos, a bancada da CDU propunha a seguinte alteração: substituir “cedidos” por “logo que forem cedidos”.-----

-----Quanto à Estrada Nacional 10 disse que era bom recordar um pouco da história e a história remontava ao Nó desnivelado e o Nó Desnivelado tinha efetivamente um projeto, projeto esse que também fazia referência à rotunda do Nó de Negreiros. Se a rotunda foi retirada à época no Nó de Negreiros devia-se basicamente a quem geria na altura, a Estradas de Portugal, que entendeu segundo

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estudos que não seria necessário. Também não estava projectada, e aqui um esforço grande por parte de quem estava à frente da autarquia na época, a rotunda referida no documento, da EN 10 para o Continente, e esta sim tinha sido uma alteração ao projeto. Portanto, para poderem votar favoravelmente, propunham alterações no ponto 7 e no ponto 10.-----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes**, sugeriu que a recomendação baixasse a uma Comissão, se a recomendação fosse votada naquele dia não ia votar favoravelmente. Porque não concordava com as áreas referidas, era a primeira vez que via a referência a 4 metros. E naquele momento também tinha ouvido falar em 4 metros, não foi isso que esteve na génese e surpreendia-o. O problema também estava mal identificado, não eram os moradores da Quinta do Peru que provocavam a dificuldade, dificuldade que a junta de freguesia já identificou há algum tempo e estavam a trabalhar com a intenção de reunir com os moradores da rua, a dificuldade era a intensa frequência do trânsito naquele troço da EN 10. As pessoas que vêm de Setúbal/Azeitão e que chegam ao cruzamento, vêm a fila e entram pela Av^a de Negreiros, contornam depois através da Rua Rio Tejo e Rua Rio Guadiana e vão ter à rotunda. Portanto não se perdia muito em adiar e remeter a recomendação para uma comissão para ser apreciada e ver a melhor sugestão. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que o presente documento tinha algumas imprecisões, e sendo assim a bancada do PSD sugeria à bancada do Partido Socialista, que aceitasse que o documento baixasse à comissão respetiva para melhoramento. -----

-----**O Deputado Pedro Mesquita** disse que tinha ouvido atentamente as bancadas da CDU e do PSD, e a bancada do Partido Socialista, sendo aquele documento uma recomendação, a todo o tempo aceitava necessariamente tudo o que fosse indicações para melhoramento da recomendação, o que significava o melhoramento do problema que estava a ser identificado. No entanto, aparentemente, toda a gente tinha o problema identificado, mas ninguém tinha atuado, só quando aparecia um documento é que alguém pensava que tinha a obrigação de atuar no terreno. Portanto, o problema devia ser resolvido e devia ser tratado com atenção, e não tinham qualquer problema em que o documento baixasse à comissão para que pudesse receber as melhorias que se entendesse para resolver aquela situação.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que o MSU tinha consciência que tudo o que era referido na recomendação tinha a sua relevância. Não estava em causa o mérito de levantar as questões que são importantes para a Quinta do Conde e esse mérito era reconhecido ao Grupo Municipal do PS. Mas existindo na recomendação algumas fragilidades, algumas contradições e algumas insuficiências, eram da



Assembleia Municipal de Sesimbra

opinião que devia baixar à comissão respetiva para ser melhorada, para que regressasse ao plenário com todas as deficiências corrigidas de forma a ser aprovada, para interesse das populações, obviamente. ---

-----**A Presidente da AMS** deu a palavra **ao Presidente da CMS** que disse que pensava que todos estavam de acordo com a recomendação e reconheciam as necessidades. E a Câmara fazia um apelo a que todos fizessem de forma unanime uma recomendação, com os devidos acertos e com os condicionantes que tinham sido levantados, que a Câmara aceitaria com certeza. A Câmara tinha um projeto já definido, independentemente das condicionantes que tinham sido levantadas, e tinha feito no quadro negocial com as Infraestruturas de Portugal um conjunto de melhorias. E uma das grandes exigências que fez foi a criação da rotunda junto ao Nó de Negreiros, na Estrada Nacional 10, tendo em conta que um dos pressupostos para justificar a recuperação daquela via era de facto a alternativa que esta estava a ser a Nacional 10 como via estruturante. E deixava este repto, até para acompanhar um pouco e reforçar o papel da Câmara Municipal de Sesimbra junto das infraestruturas de Portugal, que se fosse entendimento dos proponentes baixar à comissão considerassem na recomendação esta poder chegar às Infraestruturas de Portugal, no sentido da construção com a maior celeridade possível da rotunda na Av^a de Negreiros. -----

-----Foi cedida a palavra **ao Vereador Sérgio Marcelino** que referiu, que se tinham deparado com este problema já há algum tempo, de facto aquela rua acaba por ser uma alternativa à EN10, principalmente no período de manhã em que existe uma enorme fila. Existe de facto um problema em termos da mobilidade e de escoamento de trânsito. A Câmara deparou-se com este problema há 4 ou 5 anos na Rua António Sérgio, que é a rua que fica em frente da ampliação da Escola da Boa Água, no Conde 2, onde começou à haver um grande tráfego, essa rua ia ser reparada brevemente porque de facto era por aí que era escoado todo o trânsito que escapa à EN 10, iam pela Rua Rio Guadiana e depois tinham como objetivo entroncar na rotunda do Modelo.-----

-----Informou que tinham tido várias reuniões e quando apresentaram este problema as Infraestruturas de Portugal sugeriram que a Câmara Municipal apresentasse um estudo de implantação de uma futura rotunda. Esse estudo tinha sido apresentado há cerca de 2 meses. Recentemente tinha estado numa reunião para resolver outros problemas no âmbito do PAMUS, e tinha sido informado que esse estudo estava para análise do Instituto Nacional de Segurança Rodoviária. -----

-----Referiu que as Infraestruturas de Portugal têm, na sua autonomia, um limite, e deu um exemplo: no âmbito do projeto PAMUS, na Quinta do Conde, tinham um circuito pedonal que liga o Parque da Vila ao Parque do Pinheiro Manso e presentemente estavam com um problema, deslocar um raide de 1,5

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

metros para permitir que as pessoas passem por ali, mas as Infraestruturas de Portugal não podem decidir, quem decide é o Instituto Nacional de Segurança Rodoviária (INSR). Presentemente a concretização da rotunda, que pode vir a resolver o problema que estavam ali a falar, estava no Instituto INSR. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Quinta do Conde tinham tido reuniões no sentido de conseguirem arranjar uma solução para aquela rua, quem conhece a Quinta do Conde é uma via estruturante, é uma via que permite de uma forma muito rápida aos munícipes da Quinta do Conde, àqueles que vivem na Boa Água, sem irem à Estrada Nacional 10, chegarem aos espaços comerciais e chegarem ao Conde 2, Conde 3 e até ao Conde 1, evitando naturalmente aquilo que existe atualmente. -

-----Disse que o problema não é de quem vem da Quinta do Peru, não é de quem vive na Quinta do Conde, é de facto aquilo que o Sr. Presidente da junta de freguesia disse, evitarem os 5, 10, minutos que têm de estar à espera desde a Brejoeira, onde está a rotunda já no concelho de Setúbal, para chegarem depois ao Nó que dá acesso à auto-estrada. Portanto este processo não era assim tão fácil, porque de facto aquela via era uma via estruturante, e bastava olhar para o mapa.-----

-----Informou que o Presidente da junta de freguesia tinha apresentado uma proposta, que já tinham analisado, não a tinham implementado ainda, não tinham reunido com os munícipes, porque isto era muito complexo. Quando fossem desviar o trânsito de um local para outro iam provocar problemas noutra sítio, porque o circuito daqueles que não querem ir para a EN 10, vão encontrar dentro da Vila outro certamente. De facto a solução seria fazer uma rotunda no entroncamento da EN 10 com a Av^a de Negreiros. A solução não passava pelo alargamento de via porque esta não tem por onde alargar. Naquele momento estava nas mãos das Infraestruturas de Portugal aprovar o projeto que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha apresentado.-----

-----**A Presidente da AMS** referiu que quanto à recomendação apresentada tinham sido dados contributos com vista à alteração da sua redação, contributos em termos da apreciação e também convites para a recomendação baixar a uma comissão. Portanto perguntava ao Deputado Sérgio Faias à bancada do PS se concordava que a recomendação baixasse à comissão, ou comissões, porque poderia baixar à Comissão de Líderes, ou baixar à Comissão de Líderes e Comissão “2”. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** referiu que aquela recomendação tinha como objetivo a que se pensasse como resolver o problema e a ajudar a encontrar uma solução para o problema dos moradores da Quinta do Conde. Nesse sentido percebendo que havia ali alguns contributos que podiam melhorar a recomendação e para que de facto o problema das pessoas pudesse ser resolvido da melhor forma, a bancada do PS aceitava que o documento baixasse a uma comissão. Naquele momento a questão era

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

qual seria a Comissão, tendo em conta depois a questão da votação do Regimento. Talvez pudesse baixar à Comissão de Líderes e depois esta comissão fizesse a distribuição para outra comissão. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** referiu que não sabia bem como é que se podia fazer porque ainda não estava constituída a Comissão “6”, mas sugeria à bancada do Partido Socialista, e com o acordo da Sr.ª Presidente, que o documento baixasse às Comissões “2” e “6”. Não sabia como é que votando naquele momento o documento depois se podia enquadrar, se calhar baixar à Comissão de Líderes e depois esta reencaminhar para a Comissão “6”.-----

-----**A Presidente da AMS** disse que entendia que naquele momento não havia ainda a Comissão “6”, nessa ordem de ideias o que parecia correto era o documento baixar à Comissão de Líderes, e aí sim se entenderia quais as comissões que poderiam vir a ser convidadas.-----

-----Colocou à votação a **Recomendação “Melhoria das condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água, Quinta do Conde”** baixar à Comissão de Líderes, sendo aprovado por unanimidade.-----

-----Deu início à apreciação da proposta sobre **“Criação de um Regulamento de Registo de Interesses do Município de Sesimbra”**, apresentada pela bancada do Partido Socialista, que aqui se transcreve: ----

-----“*Propõe-se pelo presente, ao abrigo da alínea f) do número 1 do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos do número 1 do artigo 7.º-A do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, a criação de um Regulamento para constituição de um Registo de Interesses do Município de Sesimbra, a ser proposta a esta Assembleia pela Comissão de Líderes no prazo de 120 dias de aprovação desta proposta*”.-----

-----**A Presidente da AMS** deu a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** para dizer, se assim entendesse, quais as razões e os motivos que levaram à apresentação daquela proposta. O Deputado Sérgio Faias disse que seria o Deputado João Pólvora a fazer a apresentação.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Pólvora** que disse que a proposta ia ao encontro de uma possibilidade dada pelo Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos. A bancada do Partido Socialista acreditava que a criação deste regulamento permitiria qualificar a democracia, promover a transparência, reduzir eventuais permeabilidades, e acreditavam ser um desígnio da Assembleia Municipal de Sesimbra e de todos os grupos parlamentares. Sabiam que este tipo de regulamento existia em vários municípios espalhados pelo país. Como podiam ver a proposta era muito incisiva, evitava qualquer tipo de adjetivos, juízos de valor, ou expressões turbulentas, como às vezes viam em algumas propostas ali apresentadas. Portanto,

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam disponíveis para contributos que as restantes bancadas quisessem fazer, para em Comissão de Líderes, como dizia na proposta, meterem mãos à obra e criar o referido regulamento. -----

-----**O Deputado João Valente** referiu que esta proposta do Partido Socialista incitava efetivamente à criação do referido regulamento. Na verdade também a bancada da CDU não concordava com a existência pelo país fora de alguns Deputados serem Presidentes das Assembleias Municipais e em simultâneo terem cargos noutros órgãos autárquicos nas suas terras. O presente documento depois de se ler, num parágrafo apenas, parecia-lhe, até porque remetia para a lei, que devia baixar à Comissão. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** referiu que aquele documento apresentado pelo Partido Socialista não beliscava de facto, mas a intervenção do Deputado João Pólvora tinha deixado algumas “*nuances*” nada abonatórias. Relativamente ao documento, pensava que o mesmo devia ser analisado, melhorado e mais preciso. Portanto a sugestão da bancada do PSD era que baixasse à Comissão de Líderes. -----

-----**A Presidente da AMS** cedeu a palavra **ao Presidente da CMS** que disse que achava que o documento devia baixar à Comissão de Líderes, se fosse esse o entendimento da assembleia, mas salientava o seguinte: Os eleitos da Câmara Municipal, em regime de permanência, já são obrigados à apresentar na Assembleia Municipal a entrega da declaração de incompatibilidades. E também com consulta pública aos interessados, até com maior informação do que a que estava prevista no registo de interesses, as contas bancárias, os saldos bancários, os empréstimos, ao ativos mobiliários e imobiliários e com consulta pública no Tribunal Constitucional. Portanto não viam inconveniente que a Assembleia Municipal pudesse verificar isso da parte da Câmara. -----

-----**O Deputado Sergio Faias** disse que era precisamente esta a clarificação que queria fazer. Todos tinham tido a oportunidade de ler a proposta com atenção. E o que a proposta referia era a criação de um regulamento, não impunha quaisquer diretivas para o mesmo e deixava à Comissão de Líderes a oportunidade de criar precisamente esse regulamento. Naturalmente que a Comissão de Líderes não sendo autista, se a proposta fosse aprovada iria naturalmente integrar o conjunto de propostas de todos os grupos, no sentido de terem um regulamento que não se pretendia que fosse “*voyeurista*”, que fosse vasculhar a vida de cada pessoa. No entanto, existia um conjunto de informação que gostariam que toda a população tivesse conhecimento e acesso, sobre as atividades que cada um dos eleitos exercia nomeadamente as profissionais, no sentido de perceber se têm ou não as melhores condições para tomar um conjunto de atitudes. -----

-----Disse ainda, que não estavam a falar de nada que fosse estranho e não estavam a impor qualquer tipo de perseguição, só consideravam que era importante este registo de interesses para uma questão de

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

clarificação para os munícipes e para que estes pudessem perceber em cada momento as tomadas de posição de cada um dos eleitos e pudesse melhorar a transparência da atividade que cada um estava ali a exercer. Neste sentido, e uma vez que a proposta que tinham colocado ali era para a criação de um regulamento, deixavam este desafio à Comissão de Líderes, para que pudesse concretizar esse regulamento consideravam que a proposta devia ser naquele momento votada. No entanto, se considerassem que era excessivo o prazo que estavam a impor, dos 120 dias, e para que tivessem uma versão do regulamento maturada e com os contributos de todos, podiam abdicar de impor um prazo, deixavam essa abertura, mas consideravam que a proposta devia ser ali votada. -----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** referiu que o Movimento Sesimbra Unida tinha algumas dúvidas na necessidade de ter um regulamento deste género. No entanto aceitavam, naturalmente, que o documento baixasse à Comissão de Líderes. No entanto a redação do documento não era propriamente aquilo que o deputado do Partido Socialista tinha referido. Ou seja, aquilo que se propunha era a criação de um regulamento, não era que a Comissão de Líderes ponderasse ou analisasse a possibilidade de vir a criar o citado regulamento. Portanto propunham que se alterasse a redação, em vez de constar: *“propõe-se a criação de um regulamento”*, constar: *“propõe-se que seja ponderada em sede própria a análise tendo em vista a criação eventual de um regulamento”*. -----

-----**O Deputado João Valente** solicitou a suspensão dos trabalhos para que em conjunto analisassem o presente documento.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos por dez minutos.-----

-----Retomados os mesmos, **a Presidente da AMS** informou que as questões que tinham sido colocadas pelas diversas bancadas, da parte do Deputado Sérgio Faias, enquanto Líder de Bancada do Grupo Político do Partido Socialista, não havia disponibilidade para aceitar que o presente documento baixasse à Comissão para uma apreciação mais específica à luz da lei e também à luz de outros regulamentos que já tinha sido elaborados por outras Assembleias Municipais. Portanto, pensava que estavam em condições de passar à votação.-----

-----Cedeu a palavra aos deputados municipais.-----

-----**O Deputado José Guerra** informou, uma vez que a bancada do Partido Socialista não estava de acordo que a recomendação baixasse à comissão, que não estava em condições de votar naquele momento sem consultar primeiro algumas leis para saber o que se podia fazer e que áreas aquele regulamento podia abranger. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que aquela proposta tinha enquadramento legal, legalmente não era uma obrigação que o regulamento se criasse, mas a legislação abria a possibilidade a que ele se criasse. E na perspetiva da sua bancada, no âmbito da transparência que deviam ter, quem exerce, quem assume, funções públicas nos diferentes órgãos e as diferentes funções, deviam estar sobre escrutínio e estar completamente transparentes para quem, a determinado momento, tinha de lhe dar um voto de confiança, ou não. Portanto consideravam que a criação do referido regulamento seria uma evolução importante para o concelho de Sesimbra. -----

-----Em relação à questão de não haver a possibilidade de verificar o enquadramento legal, gostaria de dizer e deixar o seu reconhecimento aos serviços da Assembleia Municipal, que após terem subtido a proposta foram precisamente recolher a legislação que a enquadrava, uma vez que na própria proposta essa legislação estava citada, e a colocaram na PAMS ao dispor de todos os Deputados Municipais. Portanto pensava que tinham tido mais que tempo para analisar a questão, e até porque já tinha sido abordada na Comissão de Líderes aquando da preparação daquela assembleia. Nesse sentido, achavam que existia todas as condições para se votar a proposta, tinham deixado a abertura para receber algumas melhorias em termos de texto, ou a possibilidade de alargar o prazo, ou mesmo retirar, como no intervalo não tinham recebido qualquer sugestão iriam manter a proposta original.-----

----- **O Deputado João Rodrigues** referiu que no caso do MSU não estava em causa haver um Regulamento de Registo Interesses. A questão que se colocava era, avançar já com o pedido de criação era preciso saber o enquadramento, quem é que seria abrangido por esse enquadramento, para terem uma ideia daquilo que se estava a propor. Tinha lido uma parte dos documentos que lhe tinham enviado de suporte, mas não estava à vontade para votar sem saber qual era o objetivo e qual era o âmbito. ----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que apenas queria dizer duas coisas, a primeira que a bancada do PSD ia votar contra a presente proposta. A segunda, tendo em consideração que os Srs Vereadores tinham feito as suas declarações e tinham trazido à Assembleia, só podia concluir que a presente proposta visava os deputados municipais. -----

-----**A Presidente da AMS** indicou que faltavam apenas dez minutos para estarem com 1 hora do “PAOD”, portanto solicitava que tivessem a preocupação de fazer a síntese das suas intervenções.-----

-----Cedeu a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que de facto o intervalo tinha servido para a bancada da CDU entender se aquele documento baixava ou não à comissão respetiva. Percebendo a bancada da CDU que não era intenção da bancada do PS que a proposta baixasse à Comissão de Líderes, iriam votar contra. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que para além das dúvidas que tinha mencionado atrás, o seu colega também tinha completado de se estar a propor um regulamento que não se conhece à partida o âmbito. Gostaria de acrescentar que a Lei de Incompatibilidades e Impedimentos prevê em especial, que sejam introduzidos no referido regulamento os seguintes factos; *atividades públicas ou privadas, nelas incluindo atividades comerciais ou empresariais, e bem assim o exercício de profissão liberal, desempenho de cargos sociais ainda que a título gratuito, apoios ou benefícios financeiros, ou materiais, recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente entidades estrangeiras, entidades a quem sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza, sociedades em cujo capital o titular em si, pelo conjugue, ou pelos filhos, disponha de capital.*-----

-----Relembrou que a partir de 28 de maio, ia entrar em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados. Tinha algumas dúvidas se os factos ali referidos para integrar aquele regulamento, não colidiam com aquilo que era a Regulamentação de Dados Pessoais. Pensava que havia uma série de incongruências, aquele regulamento fazia sentido para altos cargos políticos, e não era em vão que se falava de deputados da Assembleia da República, para os deputados municipais não lhe parecia que se adequasse, muito sinceramente. -----

-----**A Presidente da AMS** cedeu a palavra **ao Presidente da CMS** que referiu que o Deputado Miguel Ribeiro já tinha dito parte daquilo que iria dizer, qual era o enquadramento legal do ponto de vista do registo de interesses, das matérias a registar no respetivo registo de interesses. Mas deixassem-no dizer, que o âmbito da aplicação do referido registo de interesses era estritamente aos 5 eleitos da Câmara Municipal, que exerciam funções em regime de permanência. E portanto não se aplicava a qualquer Deputado Municipal.-----

-----**O Deputado João Pólvora** referiu que respondendo a algumas questões colocadas, o objetivo e o âmbito era obviamente a criação do regulamento e posteriormente o que a Comissão de Líderes lhe quisesse dar. A Lei, como tinham tido a oportunidade de ver, dava o exemplo do que poderia ser feito no caso dos Deputados da Assembleia e no caso dos Deputados da Assembleia da República. A Lei não diz o que a Assembleia Municipal de Sesimbra quer criar, o que a Assembleia Municipal de Sesimbra quer incluir, deva ser aplicado daquela forma, a Lei dá espaço a que cada assembleia faça a sua interpretação no âmbito e nos atores a incluir. -----

-----Respondendo diretamente à pergunta do Deputado Lobo da Silva, de quem é que visa incluir? A bancada do Partido Socialista considera os Deputados Municipais um conjunto de atores relevantes na vida do concelho, portanto obviamente que estes deviam de ser incluídos. Agora, se deveriam ser aquelas

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

alíneas para os Deputados da Assembleia Municipal teriam que discutir em reunião de Comissão de Líderes, tinham que criar o referido regulamento. Era só isto que a bancada do Partido Socialista propunha, e propunham à Mesa que se fizesse a votação. -----

-----**A Presidente da AMS** colocou à votação a proposta sobre a **“Criação de um Regulamento de Registo de Interesses do Município de Sesimbra”**.-----

-----A proposta foi reprovada, com os votos contra da CDU, MSU e PSD, a abstenção do BE e os votos a favor do PS.-----

-----Depois a Presidente da AMS perguntou se havia Declarações de Voto para apresentar. -----

-----**O Deputado João Valente** disse que a **Declaração de Voto** da CDU era a seguinte: *“A bancada da CDU votou contra, pelo facto de o documento não ter baixado à Comissão Líderes”*.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que a **Declaração de Voto** do MSU reproduzia a última intervenção dos seus dois elementos.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que a **Declaração de Voto** do PSD era na base da sua intervenção. -----

-----**O Deputado José Guerra** disse que a **Declaração de Voto** do BE era a seguinte: *“Abstive-me na votação porque considero que não houve a discussão necessária para elaborar o documento.”* -----

-----Seguidamente a **Presidente da AMS** passou ao **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**, cedendo a palavra à cidadã Albertina Oliveira, residente na Lagoa de Albufeira, que fez a seguinte intervenção:-----

-----*“A minha intervenção é de certa maneira inspirada pelo Boletim do Município, edição especial, relativa ao ambiente. E desde questionar a Câmara sobre a data prevista para a abertura da Lagoa ao mar com meios técnicos. De facto como noticiado pela autarquia a Lagoa foi aberta ao mar pela natureza, o problema é que o estado de desassoreamento em que a Lagoa se encontra é fundamental a feitura de canal mais profundo por máquinas, com o intuito de manter mais tempo a Lagoa aberta ao mar, condição essencial para a sobrevivência das espécies, assim como autorização para práticas balneares. O que se verificou é que meia dúzia de dias após a notícia já se encontrava fechada. Como referido pela autarquia, de facto é a Associação Portuguesa de Ambiente (APA) a responsável pela abertura da Lagoa, contudo existe há alguns anos protocolo entre a autarquia e a APA com esta finalidade e que tem vindo a ser melhorado nos últimos tempos. Tendo consciência que as condições do mar e da atmosfera não têm sido as mais favoráveis, desde já o meu apelo para que se proceda rapidamente à abertura da Lagoa. Que para além de ser necessário, é uma tradição há algumas décadas*

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ocorrer na semana da Páscoa, e apesar de não ter sido efetuada manteve-se a romaria, a Lagoa encheu-se de populares. Contudo mais um ano não tive conhecimento de um evento popular proporcionado pela autarquia, para assinalar esta tradição nesta área do concelho. -----

-----A segunda questão é relativamente aos espaços verdes. Naturalmente que fico muito satisfeita de saber que existem pelo concelho vários espaços verdes, que se criam novos parques, que se aumentam outros, se fazem melhoramentos e manutenções. Mas perante o referido, não sei se estou triste, se tenho mágoa, ou se estou indignada, com a atitude que está a ser feita relativamente ao espaço verde da Augi 9 da Lagoa de Albufeira. Há mais de um ano que foi feita a receção pela autarquia e nunca foi feita qualquer intervenção de manutenção, aquele espaço verde passou a um mato. Aquela área com cerca de 5 hectares, teve custos para os proprietários acima dos 200 mil euros, mais as áreas em terrenos que tiveram de ceder. Eu própria fiquei sem metade do meu terreno para que aquele espaço pudesse existir para benefício de todos, uma mais-valia para o concelho. Está a decorrer uma desmatção do mato por parte dos funcionários da autarquia, mas isso só não chega. Existem canteiros com plantas que não podem ser limpos com uma máquina de roçar cantos. Existem pernas de árvores suspensas em risco de queda por cima de alguns equipamentos, nomeadamente mesas e bancos, impossibilitando a sua utilização, já para não falar do sistema de rega. É um facto que foi vandalizado, e apesar da boa vontade do Sr. Vereador, no anterior mandato, ter tentado conter uma fuga de água numa ação de imediato, não passou disso, foi uma ação sem resultados práticos. Em período de seca extrema e com a consciência que todos temos que a água é um bem escasso, continua o sistema de rega com várias roturas, regando passeios e o asfalto e deixando as plantas à sede. Não basta esta ação pontual de desmatção, têm de ser feitas intervenções periódicas, à semelhança do que é feito noutras áreas verdes da Lagoa que tem parcerias com a Associação LIALA. Para mim tanto se me dá que seja o António, ou que seja o José, o que me interessa é que a manutenção seja feita com a periodicidade necessária para que seja um espaço verde digno, quiçá de aparecer futuramente no Boletim Municipal. -----

-----Solicito também que se verifiquem as condições dos passeios da Rua do Rosmaninho, que de passeios não têm nada.-----

-----Por último, saber em que ponto está o concurso para adjudicação da construção do centro de recolha animal. E esta minha questão tem a ver com a preocupação que sinto pela demora destes procedimentos e não vislumbro o início da obra, a exemplo é o caso dos quatro canis construídos em janeiro, no local dos quais, no início de fevereiro, os Senhores referiram que ia ser feita uma vedação, para que pudessem se utilizados com o propósito de aliviar o atual canil e que continua lotado cada vez com

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

menos condições de segurança e de utilização para os animais e trabalhadores. E portanto com base nisto tenho dificuldade em perceber quando é que o canil será executado. -----

-----Muito Obrigada”-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu à munícipe a sua participação e deu a palavra ao **Presidente da CMS** que informou, que quanto à data prevista para a abertura da Lagoa ao mar os serviços já estavam preparados para o fazer, mas isto resultava obviamente das melhores condições das marés. Citou que este ano foi um ano atípico e a Lagoa abriu naturalmente ao mar, encerrou e tinham que esperar pela maré para a abrir novamente. -----

-----Informou ainda, que há muitos anos que não existe protocolo com a APA – Agência Portuguesa de Ambiente. Havia um financiamento de uma candidatura que a Câmara fez ao Fundo Ambiental, para abrir a Lagoa o ano passado e este ano, mas que se esgotou todo o ano passado porque se abriu a Lagoa 5 vezes. Tinham pedido uma reunião com a Sr.ª Secretária de Estado sobre esta matéria, que foi marcada para dia 10 de maio, porque se a Câmara tem que assumir a sua responsabilidade, o Estado tem que assumir também as suas responsabilidades. A Câmara ia abrir a Lagoa de Albufeira mais uma vez e mais uma vez ia sair do seu orçamento, tinha que haver aqui um comprometimento por parte da Tutela, não apenas na abertura da Lagoa, mas principalmente no desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Porque o problema de se abrir várias vezes era um problema de desassoreamento da Lagoa de Albufeira, e era necessário que fosse feito com urgência. E deixava este repto, que pudessem todos reforçar aquele que é o papel da Câmara Municipal junto da Tutela para que isso possa vir à acontecer, se for necessário com um abaixo-assinado que fizessem chegar à Câmara e esta fizesse chegar à respetiva Secretaria de Estado. -----

-----Relativamente às tradições culturais, disse que não se lembrava de ter sido feito um evento cultural associado à tradição de se ir apanhar marisco, à sexta-feira Santa, na Lagoa de Albufeira. A tradição era essa e ainda bem que se mantinha. Sabia que tinha ido lá muita gente, inclusivamente alguns familiares seus, e a tradição era isso mesmo. E portanto era esperar que a Tutela pague, ou financie, a autarquia para que pudessem ter a Lagoa de Albufeira aberta a tempo e horas. -----

-----Quanto ao espaço verde da Augi 9 disse, até na sequência de algumas reuniões que tinham tido com a Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira, que havia a intenção da Câmara de poder reforçar o protocolo com a LIALA para inserir mais um conjunto de áreas, onde se incluía o espaço verde referido. -

-----Em relação às condições dos passeios na Rua do Rosmaninho, disse que iria registar porque não sabia responder naquele momento. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente ao centro de recolha animal informou, que o concurso para a construção do novo centro de recolha animal tinha ficado deserto. A Câmara iria ter que rever os preços em alta e abrir novo procedimento, sem prejuízo de estar a intervir nas boxes suplementares que estavam quase concluídas. Estavam a preparar uma candidatura para um financiamento ao centro de recolha animal, porque na semana anterior tinha saído um programa por parte da Administração Central. E seria um financiamento importante, com uma comparticipação de €50 mil para uma obra de 5,5 milhões de euros. Portanto teriam que aumentar o valor para ver se alguma empresa concorria. Também no âmbito dessa candidatura iriam aferir com a Associação Bianca e com o Gabinete Médico Veterinário da Câmara, a possibilidade de fazer uma candidatura para a esterilização de animais, que ia até 5 mil euros. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que disse, quanto ao espaço verde da Augi 9, que o ano passado tinha passado por lá e tinha verificado o sistema de rega. Também tinham falado com a LIALA no sentido de alargar o protocolo, mas aquela intervenção tinha custos substanciais e o dinheiro não chegava para tudo, estavam a estudar. E tinha que haver uma parceria, um reajusto, mas esperavam que até ao verão a Augi 9 fosse incluída no protocolo.-----

-----Relativamente ao centro de recolha animal disse que o processo parecia que estava enguiçado, andava para trás e para a frente. Ia ser lançado novo concurso e esperavam que houvesse empresas a concorrer, porque a maioria das empresas tem o seu caderno de obras preenchido para 2018 e 2019 e dificilmente iriam concorrer.-----

-----Quanto aos 4 canis disse que ainda não estavam a ser utilizados, mas os animais estavam em boas condições, porque estavam num “hotel” em Azeitão, embora tivessem que sair até ao final de abril. Portanto tinham a expectativa que a vedação que iria ser retomada na próxima segunda-feira, não permitisse que os animais saíssem do canil quando estivessem a ser tratados e viessem para a estrada. -

-----Chamou a atenção que o financiamento de 50 mil euros, no âmbito da legislação para os centros de recolha animal, no caso de Sesimbra é inferior a 10% do custo que a autarquia irá ter, mais o custo de manter os animais, de contratar pessoas, de criar condições, etc. Esta legislação era idêntica a muitas outras, legislavam e passavam o problema e os custos para terceiros. Seria importante que os Estado se preocupasse com algumas verbas para a alimentação dos animais, para os vacinar, para os chipar, até para contratar mais pessoas que iriam ser necessárias. -----

-----Quanto ao desassoreamento da Lagoa disse que o problema que existe foi o Estado Central que o criou, quando criou aquele morro de areia para colocar lá plantinhas e ervinhas. Portanto era o Estado



Assembleia Municipal de Sesimbra

que devia estar a pagar e não a Câmara Municipal com os impostos dos seus munícipes, que é obrigada a abrir constantemente a Lagoa de Albufeira e o Estado alheia-se dessa responsabilidade. -----

-----Terminados os esclarecimentos da Câmara Municipal à munícipe, a Presidente **da AMS** deu início ao **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**-----

-----**1º Ponto da Ordem de Trabalhos – Apreciação da Atividade Municipal.**-----

-----Deu a palavra **ao Presidente da CMS** que referiu que nos dois primeiros meses do ano a Câmara, em termos orçamentais, dos 53 milhões de receitas já tinha uma execução, no quadro da receita, de 5 milhões, sem a utilização do empréstimo que a Assembleia Municipal aprovou, cerca de 10% de execução orçamental, tendo em conta que são meses sempre mais complexos podia dizer que era uma boa execução orçamental.-----

-----No quadro das despesas, dos 53 milhões de euros, 21 milhões de euros já estavam compromissados, dos quais 4,7 milhões já tinham sido pagos. E portanto também uma execução orçamental próxima dos 10%. -----

-----Nas Grandes Opções do Plano dos 23 milhões de euros, cabimentados 14,9 milhões, compromissados 12,6 milhões e pagos 2,4 milhões de euros. -----

-----Referiu que queria deixar uma nota, uma vez que não vinha na atividade municipal e era sempre importante informar os Srs Deputados da Assembleia, sobre os projetos de maior relevância, sobretudo os do Programa Portugal 2020. -----

-----No âmbito do PAMUS tinham sido iniciados, muito recentemente, os trabalhos da empreitada de Sampaio, nas zonas junto aos estabelecimentos de ensino e o entroncamento com a EN 379.-----

-----Na Vila de Sesimbra a intervenção nas escadas junto ao cemitério. -----

-----A Intervenção entre Caixas/Alfarim e também a intervenção entre Maçã/Santana, que estava pendente de alguma articulação com as Infraestruturas de Portugal. -----

-----A intervenção da ampliação da Escola do 1º Ciclo e Pré-escolar, do Conde 2, que contempla o auditório, como sabiam a Câmara teve uma decisão de não adjudicação. Estava preparado o procedimento para o lançamento do concurso que ia ser faseado. A Câmara ia lançar um procedimento para a 1ª fase, só a Escola, que era o montante elegível no âmbito dos programas comunitários. E com um desfasamento de cerca de 6 meses, iria lançar o 2º. Concurso para a construção do auditório. -----

-----O lançamento do concurso para as intervenções de Zambujal/Corredoura e também Santana/Almoinha. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Também para lançamento de concurso, toda a intervenção da UP 10 na Quinta do Conde, portanto toda a rede pedonal e ciclável.-----

-----Estava também a ser preparado o lançamento do concurso, já com os projetos todos concluídos e fechados, para a intervenção do Cabo Espichel, com 2 concursos independentes, um para a regularização do estacionamento e outro para reabilitação do aqueduto; -----

-----Ainda no âmbito do Portugal 2020, estavam já a preparar os procedimentos concursais da requalificação de todos os espaços exteriores dos Bairros Sociais. -----

-----Referiu que a perspetiva da Câmara Municipal era que no final do ano pudesse existir, no quadro do FEDER, uma execução financeira entre 1,5 e 1,7 milhões de euros. Não eram na totalidade 50% elegíveis, porque havia intervenções que não eram elegíveis. E portanto pressupunha-se que entre 0,5 milhão e 750 mil euros pudessem ser co-financiados durante este período, se não houvesse atrasos como houve no início do ano, nomeadamente com a alteração ao código dos contratos públicos, que levou a Câmara a fazer novos modelos de Templates e a pedir cadernos de encargos para procedimento de contratação pública. -----

-----Depois informou que os projetos do Tribunal de Sesimbra já estavam praticamente fechados, estavam estabilizados com todas as instituições. -----

-----Informou também, que o projeto Centro de Saúde já tinha o parecer favorável da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e tinham sido adjudicados recentemente os projectos de especialidades. -----

-----Informou ainda, que os projetos da Escola Navegador Rodrigues Soromenho estavam quase prontos, apenas dependentes da possibilidade da Câmara ter acesso a uma parcela de terreno, que fica da parte debaixo do estabelecimento de ensino. Estavam a negociar com o proprietário, nomeadamente para saberem onde iriam colocar a estação elevatória, se dentro ou fora da escola. -----

-----Disse que tinha sido efetuadas, no período em apreciação, candidaturas no âmbito da eficiência energética para grande parte dos edifícios municipais, inclusive pavilhões desportivos e mercados. E tinha sido efetuada, não no âmbito do Portugal 2020, uma candidatura para a 2ª fase da Moagem de Sampaio, que inclui a cobertura da zona traseira e mais um conjunto de elementos para a realização de mostra de produtos regionais. -----

-----Terminou, dizendo que estavam ao dispor para esclarecer as questões que quisessem colocar. -

-----**A Presidente da AMS** deu a palavra aos Deputados para colocarem as suas questões. -----

-----**A Deputada Paula Rodrigues** que começou por dizer que tinha duas notas prévias.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A primeira para dizer que via com bastante satisfação a edição especial do Boletim Municipal com o compromisso do executivo para o ambiente. E também o pacto de autarcas para o clima e energia, que visa reduzir em 40% os gases com efeito estufa até 2030. -----

-----A segunda para felicitar o Sr. Presidente que ia integrar o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses.---

-----Relativamente à atividade municipal disse que a sua questão era relativa aos danos na marginal e na praia. Tinham verificado que ocorreram duas visitas no mês de março, pela Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade Marítima Nacional e Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, onde estiveram também o executivo e técnicos da autarquia. Gostaria de saber se já existia um relatório sobre os danos e se a Câmara já tinha conhecimento de quais foram os estragos e quais as diligências que iam ser efetuadas e também se já sabiam quando seria o início das obras, tendo em conta a abertura da época balnear que acontecia a 30 de maio. -----

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que a sua questão também tinha a ver com os estragos na marginal, causados pelo temporal. -----

-----A segunda questão era em relação ao licenciamento do projeto autorizado pela Electro Souto, a seguir à Azoia, se face às negociações já havia alguma garantia que os acessos tenham carácter de utilização pública. -----

-----Quanto à questão de reafirmação da viabilidade da operação de loteamento na zona Sul da Mata de Sesimbra, gostaria de saber quais as perspetivas e se houve alguma coisa subjacente a esta reafirmação da viabilidade.-----

-----Questionou sobre a reversão do terreno na Av.ª da Liberdade a favor do Município. -----

-----Disse que gostaria de saber qual o valor do aumento e que fundamentos no protocolo da piscina entre a CMS e o Grupo Desportivo de Sesimbra. -----

-----Perguntou se havia projetos recentes de âmbito privado, que tenham relevância estratégica, que tivessem sido apresentados recentemente à Câmara. -----

-----Também gostaria de saber o ponto de situação sobre os transportes urbanos da Quinta do Conde, julgava que também estavam em equação em Sesimbra e freguesia do Castelo.-----

-----Perguntou se o elevador da Califórnia estava a funcionar, ou não, se havia alguma dificuldade, dado que em breve abria a época balnear.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----E para terminar queria confirmar, porque na última reunião das comissões tinha falado das dívidas a terceiros, sabia que a cobrança não compete à autarquia, mas o pedido foi feito no sentido de ter as maturidades, gostaria de saber se era possível esse seu pedido. -----

-----**O Deputado Rui João** começou por dizer que a Assembleia Municipal tinha feito no anterior mandato uma sessão temática sobre o POPNA e sobre a sua revisão, como o Sr. Presidente tinha tido uma reunião com o Parque Natural da Arrábida, pretendia saber era quais as informações quanto à questão do POPNA e a sua revisão, se avançava ou não avançava. -----

-----Quanto ao acordo entre o PS e o PSD para a descentralização de competências disse que a bancada da CDU estava preocupada, como era óbvio, porque a descentralização de competências, apesar de ainda não terem muita informação sobre ela e da forma como ia ser feita, focava alguns aspetos importantes da vida dos munícipes, da vida do país e daquilo que deverá ser a responsabilidade do Estado, e que na opinião da CDU se estava a descartar. O Sr. Presidente tinha falado na questão do Centro de Saúde de Sesimbra, na questão do Tribunal, na questão da Escola Navegado Rodrigues Soromenho, mas na questão da educação existem outros problemas graves que terão de ser resolvidos. E a sua questão era esta: O Estado vai descentralizar para as competências depois de reparar e de arranjar aquilo que está a “cair de maduro” no concelho de Sesimbra? -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que gostariam de saber o resultado da visita ao “Empreendimento Villas de Sesimbra” pela Sr.ª Vereadora Felícia Costa. -----

-----Solicitou informação sobre a reunião para a apresentação do projeto do Tribunal, e se fosse possível a apresentação desse projeto.-----

-----Relativamente a uma reunião do Sr. Vereador José Polido com a Amarsul referente à preparação do verão, ecopontos e recolha porta à porta, gostariam de ter alguma informação. -----

-----Quanto à visita ao concelho com uma delegação Croata, relativamente aos projectos aprovados por Fundos Comunitários, deixava uma sugestão, que o Sr. Vereador desse conhecimento à Assembleia Municipal, ou através da Sr.ª Coordenadora da Comissão “4”, dos projetos existentes no concelho que tinham sido co-financiados. -----

-----Depois referiu que no mandato passado tinham sido presenteados com uma série de *emails* de um Sr. Advogado, por causa de um diferendo dos moradores do Bloco da Mata com a Câmara Municipal, depois tinham deixado de receber. Gostariam de saber se essa situação já estava ultrapassada. -----

-----Citou que no anterior mandato tinham tido na assembleia duas ou três intervenções do Sr. Arquiteto Ruam Romero, relativamente ao elevador do edifício “Mar da Califórnia”. Parecia-lhe que as

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

coisas continuavam iguais, o elevador não funcionava e estavam a mês e meio de abrir a época balnear. Gostaria de saber se a Câmara estava sensibilizada para este problema e se o estava à acompanhar. ----

-----Quanto ao programa de valorização da Quinta do Conde, disse que havia um investimento previsto de 8.158 mil euros, que abrangia uma Biblioteca Municipal, um complexo desportivo, espaços verdes no Parque dos Pinheiros, e o largo do antigo mercado. Gostariam de saber em que situações se encontravam estas obras.-----

-----Perguntou qual tinha sido o problema para o espaço junto à Moagem de Sampaio estar sem iluminação durante 15 dias. No dia anterior tinha passado por lá e já estava iluminado, mas algumas luzes ainda estavam apagadas. -----

-----Disse ao Vereador Sérgio Marcelino que a EDP não podia apagar as luzes no inverno às 6 horas da manhã, porque em certos sítios do concelho às 6 horas ainda está muito escuro e é perigoso para quem sai de casa. Já tinham alertado para esta questão diversas vezes, esperavam que até ao início do inverno esta questão se resolvesse.-----

-----Depois perguntou qual era o subsídio atribuído à organização da Feira Festa.-----

-----Alertou que era importante a remoção urgente dos passeios na freguesia de Santiago, ou o picar das pedras, embora isso tivesse sido feito no mandato anterior e estavam novamente polidos. Não se deviam esquecer que mais de 50% da população desta freguesia é idosa, e era urgente intervir. -----

-----Disse ao Vereador José Polido que a recolha do lixo continuava a ser fraca, continuavam a ver os sacos de lixo no chão e os moloques vazios. A Câmara tinha que fazer uma campanha de sensibilização junto dos comerciantes para evitar que isto acontecesse, até porque o verão estava quase a chegar. ----

-----Quanto à presença da Câmara na BTL, disse que enquanto a Câmara não tiver uma participação efetiva na BTL não deixaria de falar. E deixava uma palavra de saudação e de reconhecimento aos técnicos que estiveram durante o período da BTL naquele espaço, mas tinham que reconhecer que aquilo não dignificava nada o concelho de Sesimbra. -----

-----Perguntou à Vereadora Felícia Costa se o Governo do Partido Socialista já tinha dado algumas indicações quanto ao Centro de Saúde de Sesimbra, quanto ao Centro de Saúde da Quinta do Conde e sobre a construção do Hospital do Seixal gostariam de saber como está a evolução.-----

-----Por fim, disse que ia ler a resposta do Delegado Regional de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Francisco Neves, endereçado à Sr.ª Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, relativamente à moção “Olhar para a Quinta do Conde/Pela Construção da Escola Secundária”: -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Relativamente à moção acima identificada, remetida a esta direção de serviços, cumpre informar que o processo de intervenção nos espaços físicos dos Agrupamentos de Escolas não agrupadas é faseado por uma questão de gestão do orçamento, sendo este último limitado. Mais se informa, que neste momento se considera prioritária a intervenção na Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, no concelho de Sesimbra. Atendo ao exposto, outras situações serão ponderadas futuramente de acordo com o orçamento disponível e atendendo ao seu grau de prioridade”.-----

-----Neste momento, a **representante da junta de freguesia do Castelo, Sara Almeida**, abandonou o plenário por motivos pessoais, tendo previamente informado a mesa. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Pólvora** que referiu, que gostariam de saber algumas informações sobre a reunião do Vereador Sérgio Marcelino com a Direção dos TST, que julgavam ter sido sobre a nova rede de transportes.-----

-----Gostariam também de saber o ponto de situação do Empreendimento Villas de Sesimbra.-----

-----**A Deputada Luisa Carvalho** disse que tinha sido feita uma reunião de balanço sobre o carnaval, gostaria de saber se foi feito algum estudo de impacto económico, no sentido de se saber por cada euro atribuído qual o impacto que isso tem na economia local, ou não, e porquê, e como foi feita a avaliação. ---

-----Perguntou sobre a reunião com a Empresa Etosoto, referindo que eles têm um *site* lindíssimo, que fala muito em sustentabilidade. Sustentabilidade para além de ambiental é social, gostaria de saber, qual é a integração que existe e a possibilidade de todos usufruírem o que é de todos. -----

-----**O Deputado José Guerra** disse que estava a ser construída uma superfície comercial em Santana/Sampaio. Gostaria de saber quando foi dada autorização pela Câmara para essa construção, se foi pensado o impacto que viria a ter sobre o comércio tradicional, e se o que a Câmara recebeu compensa o fecho de estabelecimentos a que as pessoas estão habituadas.-----

-----Perguntou se a Câmara sabia quanto teria de despender com as acessibilidades do novo Tribunal de Sesimbra. E também com o Centro de Saúde de Sesimbra.-----

-----Mencionou que há uns tempos atrás tinha-se falado na ampliação da Escola Michel Giacometti, na Quinta do Conde, gostaria de saber se essa ampliação iria ser feita ou não, e quais eram as propostas do Ministério da Educação.-----

-----Questionou se tinha havido algum avanço na entrega de habitações de rendas sociais.-----

-----Disse que Câmara Municipal devia fazer mais pressão junto aos CTT, porque há cada vez mais atraso na entrega da correspondência, só tinha recebido a convocatória na véspera da sessão.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Deputada Sandra Carvalho** perguntou se a Administração Central dispunha de algum fundo para apoiar as autarquias no âmbito dos danos sofridos com o temporal, e caso existisse esse fundo, gostariam de saber se havia alguma participação para fazer face ao investimento na recuperação da marginal de Sesimbra. -----

-----Perguntou se constava nos planos do executivo da Câmara, nomeadamente do pelouro do Turismo, a presença de Sesimbra em certames internacionais de promoção do concelho além-fronteiras, e não inter-fronteiras. -----

----- **O Deputado Paulo Caetano** começou por saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal por integrar o CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, tinha visto isso com muito agrado na edição especial do Boletim. -----

-----Em relação à atividade trimestral referiu uma reunião do Sr. Presidente e da Sr.^a Vice-presidente com o promotor do empreendimento turístico da herdade da Aiana, e lembrou que já havia dois pareceres desfavoráveis em relação a iniciativas para aquela herdade, um em julho de 2009, em que o promotor era a AXL – António Xavier de Lima, e outro em janeiro de 2014, já com a mesma pessoa que tinha estado agora na reunião. Gostariam de algum esclarecimento em relação a isso. -----

-----Quanto ao projeto do novo tribunal disse que a preocupação que se prendia, e isso já tinha sido falado na assembleia, era na eventual interferência deste novo projeto, ou pelo menos das acessibilidades ao projeto, com estruturas que estão ligadas à própria Moagem de Sampaio. Gostariam de ter a certeza se agora com este projeto conseguiram esclarecer essas dúvidas. -----

-----Solicitou alguns esclarecimentos sobre a reversão à Câmara do terreno na Av^a da Liberdade. ----

-----Em relação aos estragos da praia disse que devia haver algumas informações positivas, nomeadamente, na sequência com as reuniões havidas com a APA – Agência Portuguesa de Ambiente, e das visitas à praia.-----

-----Referiu que havia um financiamento definido para a construção do Centro Interpretativo da Arrábida, no âmbito da prioridade ao ambiente para 2018, aliás, isso já tinha vindo no Boletim Municipal de dezembro de 2017. Gostariam de saber que entidades estavam envolvidas, que apoio científico o Centro Interpretativo teria, ou poderia vir a ter, e com que tipo de apoio é que contava. -----

-----Disse que gostariam de saber, quanto à aquisição da Pedreira do Avelino, a dimensão do terreno, se ocupa a totalidade do geomonumento, ou não, que planos de investimentos/projetos estavam previstos, ou planeados, nem que seja a médio longo prazo. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Para finalizar, e na sequência da alienação da participação da Câmara Municipal na Sociedade Grutas Nossa Senhora do Cabo, disse que há o Decreto-lei 242/2015, que republicou um Decreto-lei anterior, que define um prazo de 2 anos para a reclassificação do sítio como ele em monumento natural. Supostamente esse prazo de 2 anos devia ter terminado no final de 2017, gostariam de saber se a Câmara Municipal teve alguma informação sobre a evolução disso, ou não, e se havia alguma forma de se tentar saber junto do Ministério do Ambiente como é que estava essa situação. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que ia ler um excerto da “Saudação ao 25 de abril” que há pouco tinham aprovado: *“O Poder Local representa, até aos dias de hoje, uma verdadeira conquista de abril dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira, que tem permitido um incontestável desenvolvimento das nossas comunidades.”* Portanto, deixar só esta nota e ressaltar a posição que tinha tido em unanimidade, e deixar a estranheza pela preocupação com que viam as questões da descentralização de competências, quando tinham o PCP a usar a bandeira do Poder Local sempre que podia, e depois sempre que se falava da possibilidade de descentralização das competências usarem esse tema como o grande fantasma para as populações do nosso país. -----

-----Informou, quanto à questão da recuperação da marginal de Sesimbra, que tinha sido publicado o despacho nº. 3279-A/2018, do Ministério do Ambiente – que os ajudava a responder a algumas questões ali colocadas pela bancada do PCP – que disponibiliza € 85.587 do Fundo Ambiental, precisamente para fazer intervenções de recuperação, resultantes das tempestades, EMA, FELIS e GISEL. E deixavam esta pergunta: tendo em conta esta disponibilidade em que pé estava a recuperação, sabendo-se que outros municípios já estavam a avançar com as respetivas empreitadas. -----

-----Referiu que tinha sido aberto recentemente o período de candidaturas para a certificação das estações náuticas, tendo em conta a importância do setor da náutica em Sesimbra, quer da náutica de recreio, quer de outras atividades associadas, nomeadamente a algum potencial que possa estar associado no sector da pesca, e sabendo que a 1ª fase de candidaturas terminava a 30 de junho de 2018, e sabendo também que existem alguns municípios que já estavam a preparar candidaturas, gostariam de saber qual era a intenção da Câmara Municipal de Sesimbra, se estava a preparar alguma candidatura, se sim, quais os parceiros envolvidos e em que fase.-----

-----Por fim disse, quanto a falta de iluminação junto à Moagem de Sampaio, que o Partido Socialista tinha colocado três perguntas à Câmara Municipal, no dia 10 de abril, e tinham recebido a resposta através da Assembleia Municipal, e ia ler as perguntas: -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Tem a Câmara Municipal de Sesimbra conhecimento da inexistência de iluminação pública, há várias semanas, numa zona junto à Moagem de Sampaio?* -----

-----*Tem a Câmara Municipal de Sesimbra conhecimento sobre a causa que está na origem da falha de iluminação pública?* -----

-----*Que medidas a Câmara Municipal de Sesimbra está a tomar para a resolução deste grave problema de segurança pública?*-----

-----A resposta que a Câmara Municipal tinha enviado foi: “*Informo que o problema de falta de iluminação ficou resolvido no dia 10 de abril*”. Portanto, gostariam de ter resposta às três perguntas. ---

-----**A Deputada Bertina Duarte** referiu que apenas queria fazer uma sugestão, estava a comentar com a sua colega de bancada Luisa Carvalho que tinha alguma dificuldade em ler as siglas dos documentos, nomeadamente aquele que tinham ali presente que tinha bastantes siglas, era importante o índice de siglas nos documentos. Era evidente que há siglas que todos conhecem, mas há outras que são difíceis de decifrar. Era esta a sugestão que queria fazer. -----

-----**A Presidente da AMS** disse que poderia ser uma nota a considerar por parte do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores, no sentido de encontrarem uma página que determinasse a partir daquele momento a explicação de todas as siglas que viessem no relatório da atividade municipal. -----

-----Cedeu a palavra **ao Presidente da CMS** que começou por dizer que os 30 minutos regimentais não eram suficientes para responder ao conjunto de questões, doze páginas, que lhe tinham sido colocadas, embora algumas fossem repetidas.-----

-----Quanto aos danos da marginal informou que de facto havia um relatório, que tinha sido acompanhado pelos técnicos da Câmara, no âmbito da Divisão de Obras Municipais, também da Proteção Civil, em colaboração com a APA – Agência Portuguesa de Ambiente e com a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. Estavam a falar de uma intervenção, numa primeira fase, sobretudo na muralha em frente ao Hotel Sana Park, que rondava os 350/400 mil euros, integrando também uma intervenção na marginal Poente. Na marginal Nascente a intervenção rondava os 307 mil euros, com a reposição de algumas peças do pavimento e de uma intervenção na estabilidade da muralha e no passadiço da praia da Califórnia. Tinham concluído já todas as peças procedimentais para se poder lançar um procedimento por ajuste direto, porque são faseados, e estava em crer que a 30 de maio pudessem ter tudo concluído, sobretudo a área dos passadiços. A Câmara tinha na sua posse o contrato de financiamento com o Fundo Ambiental, de 85 mil euros, que a APA e o Ministério do Ambiente iam disponibilizar para fazer face aos cerca de 307 mil euros de financiamento na marginal Nascente que era

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

da sua responsável e competência. Portanto era mais um caso como a Lagoa de Albufeira, e a Câmara Municipal tinha aqui duas hipóteses, ou não fazia nada, ou teria que avançar. -----

-----Quanto ao Cabo Espichel informou que tinha havido um conjunto de concertações com o promotor, relativamente à utilização dos caminhos para uso público. Mas a Sr.ª Vice-presidente iria explicar mais em pormenor. -----

-----Em relação à zona sul da Mata de Sesimbra referiu que apenas tinha sido um pedido de renovação de viabilidade, nada mais, para manter a chama acesa por parte dos promotores. -----

-----Relativamente à reversão do terreno da Avª de Liberdade a favor do município disse que tinha sido efetuado um contrato extrato com a empresa Obriverca. Em 2014 a Câmara Municipal tinha iniciado uma ação judicial para a reversão do terreno e presentemente já estava em nome do município. -----

-----Quanto ao valor do aumento da piscina informou, que tinha sido calculado em função daquilo que foram os aumentos salariais para a função pública e também do quadro dos técnicos que estão a encargo por parte do clube desportivo, com quem está protocolado, que dão as aulas de ginástica, nomeadamente o aumento dos encargos resultantes das prestações de serviços com a Segurança Social.---

-----Sobre os transportes urbanos na Quinta do Conde disse que a Câmara tem acompanhado, no quadro também do trabalho da preparação da rede para o contrato de conceção, e estavam a fazer a definição da rede em conjunto com a Área Metropolitana de Lisboa. E o caminho que se estava a trilhar era para a esfera da operação ficar estritamente no quadro de uma empresa municipal, ou mesmo na área da esfera da ÁML, com participação exclusivamente pública, podendo aqui, no âmbito dos transportes pesados que em Sesimbra não tem expressão, ficarem alavancados no quadro da ÁML com 50% de participação pública por parte do conjunto dos municípios, ficando com toda a rede de transportes da ÁML. Naquele momento estavam a trabalhar naquilo que era o essencial, perceber qual era o modelo de financiamento desta operação e que resulta em três possibilidades.-----

-----Ou manter a rede tal qual como está, com pequenos ajustes, e que é de certa forma sustentável tendo em conta aquilo que já é hoje a participação do Estado no âmbito das tarifas mais sociais, e nas tarifas do quadro 18, aquilo que são os encargos dos municípios com os transportes escolares com os respetivos operadores, nas diversas zonas da Área Metropolitana, do qual Sesimbra representa cerca de 600/700 mil euros. Ou fazerem aqui um “open grate” para uma coisa que era ótima e que teria custos muito superiores, que no quadro do serviço público seria otimizada também naquilo que será a mobilidade na ÁML. Ou uma situação intermédia, sempre na esfera pública. Aquilo para que se caminhava, do ponto de vista de intenção dos 18 municípios, e que para Sesimbra representaria uma

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

grande vantagem, era para um passe único dentro de toda a Área Metropolitana, a exemplo daquilo que existe nas grandes áreas metropolitanas por toda a Europa.-----

-----Quanto ao elevador do edifício Mar da Califórnia disse que não sabia se estava a funcionar ou não, mas iriam aferir com o Condomínio.-----

-----Relativamente à questão do PNA – Parque Natural da Arrábida e à revisão do POPNA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, disse que estavam perante duas situações completamente distintas. Uma era uma revisão do Plano de Ordenamento que aconteceu, não era nenhuma revisão, numa expressão grosseira, “era uma mão cheia de nada”, portanto era um estudo, mas que não lhes trazia nenhuns critérios de avaliação, nem de ponderação, daquilo que eventualmente poderia ser levantamento de algumas restrições, ou implementação de outras. E em simultâneo tinham, e isso às vezes fazia um pouco de confusão, a transposição do Plano de Ordenamento para um plano especial, por via de uma alteração legislativa sobre o Ordenamento do Território a nível nacional, que o CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável contesta, porque é difícil a aplicação. A transposição do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, onde se incluí o Parque Marinho Luis Saldanha para programa especial, é isso mesmo, uma transposição. E a informação que tinham era que há um conjunto de artigos que podem enquadrar algumas alterações, que são simplistas, que resultavam, não dos constrangimentos mas de algumas situações que possam ter sido colocadas no quadro da pesca, e que do ponto de vista do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, existem condições para se avaliar. Agora se lhe perguntassem se tinham dados, num quadro de avaliação que já devia ter sido feito há 5 anos, para poder avaliar do impacto também do Parque Marinho Luis Saldanha, que é da responsabilidade da Administração Central, não tinham. Não tinham a dizer se eram precisos mais constrangimentos, ou menos constrangimentos, e de facto tinham aqui um grande problema. A Câmara Municipal aquando da apresentação e da aprovação do POPNA fez um estudo encomendado, que custou 300 mil euros, o que era certo é que não estavam em condições de avaliar do ponto de vista do equilíbrio que tem que existir, entre a sustentabilidade do território, particularmente da fauna e da flora, e aquilo que é a atividade económica.-----

-----Em relação ao acordo PSD e PS e à descentralização, disse que tinha que fazer um conjunto de considerações. Primeiro, se havia força política que sempre se pautou pela descentralização foi o PCP, bastava ir ver o histórico de todos os Projectos-lei na Assembleia da República, que nunca foram aprovadas ao longo de todos estes anos, infelizmente. E aquilo que tinham hoje não era um pacote de descentralização, era uma ementa de responsabilidades da Administração Central em que havia a

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

vontade de passar para a Administração Local, sempre soube o chapéu de que não pode aumentar a despesa pública. Estavam de acordo com um conjunto significativo de matérias que podiam passar da Administração Central, que não era um processo de descentralização, porque um processo de descentralização sério pressupõe: -----

-----Primeiro, se verificasse o patamar efetivo no quadro da Administração Pública onde a competência devia ser exercida, e que não devia ficar desassociada daquilo que eram o exercício de responsabilidades intermédias entre a Administração Local e Administração Central, e que aqui, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, até existia condições, porque a Constituição permite a constituição de uma Autarquia Metropolitana, porque era também um dos pacotes do conjunto de matérias relacionadas com o Poder Local que estava em cima da mesa por parte do Governo Partido Socialista, e mesmo assim, pelo PS e pelo PSD, não se avançou. Segundo, a verificação clara do financiamento para que aquelas competências fossem exercidas de uma forma responsável, era certo, mas sempre em benefício daquilo que era o serviço público e às populações. Terceiro, a capacidade dos municípios poderem receber em função dessas mesmas atribuições e desse mesmo financiamento.-----

-----E a ementa que tinham hoje é arrasadora, em que se mistura no mesmo patamar se a Câmara fica fiscalizadora do estacionamento do seu território, ou se a Câmara fica responsável de fazer a avaliação do RSI, mas em simultaneamente transfere em matérias como educação e saúde, especificamente estas, todos os estabelecimentos de ensino da rede pública do 2º e 3º Ciclo e Secundário, todas as Unidades de Saúde, ou equipamentos de saúde primária, e o pessoal associado. E todos sabiam que não havia intervenções em equipamentos do 2º e 3º ciclo e secundário, há mais de 30 anos. A Escola Secundária de Sampaio estava à espera há 10 anos de uma intervenção que custa 100 mil euros, para a reabilitação de toda a vedação da zona envolvente. As Escolas Michel Giacometti e Básica do Castelo estavam na situação que todos conheciam. A falta de auxiliares nas escolas era o que sabiam, com recurso muitas vezes ao trabalho precário, que todos eles ali queriam combater, no qual estava incluída a Câmara Municipal de Sesimbra. E vissem a seriedade da proposta do Governo à Associação de Municípios e a seriedade do acordo que tinha sido alcançado. Tinha sido proposto à Associação de Municípios, que para cada um dos equipamentos, independentemente da sua dimensão, fosse transferido para o município 10 mil euros/ano, para manutenção e apetrechamento. A Associação de Municípios, contrariamente à vontade do PCP, negociou não ser 10 mil e ser 20 mil euros, e era esse o valor que estava no acordo. Era isto que estava em cima da mesa e era esta a responsabilidade.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto aos Centros de Saúde disse que também já estavam definidos os montantes. E, curiosamente, a Associação Nacional de Municípios com o Governo tinham feito um estudo da aplicação, no princípio em que não pode haver o aumento da despesa pública, em cada um dos concelhos. E aquilo que estava em cima da mesa e no acordo, era que esse valor variava em função da superfície total desse equipamento de saúde e da sua antiguidade, se era de 9 anos, se era entre 9 e 15 anos, ou mais de 15 anos. Os resultados médios eram entre os 4 mil e 12 mil euros. Portanto, para um Centro de Saúde, para apetrechamento e manutenção, era transferido do Estado para a Administração Local, seja ela qual for, entre 4 a 12 mil euros/ano. Percebia que em municípios, sobretudo no interior do país, que alavancam a sua estrutura de receita nas transferências do Estado, que não têm as preocupações dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e com grande densidade populacional, que tenham capacidade financeira do seu orçamento, o município de Sesimbra teria que cortar em algum lado. E lá teriam depois os Deputados a dizer que estavam a cortar na limpeza, ou a cortar nas estradas que estavam uma desgraça.

-----Quanto ao projeto do Tribunal informou que estava praticamente estabilizado. Em termos de projetos estavam a falar de 130 mil euros, que foram os custos dos projetos, quer de arquitetura, quer de estabilidade, estavam estabilizados com as entidades que se têm que entender sobre esta matéria. A Câmara ia ter intervenção nas acessibilidades e já no quadro do atual do projeto reverteu a solução que tinha, a variante não vai passar entre a Moagem e o Tribunal, vai manter-se a estrada exatamente onde está e vai ter um acesso para um contíguo, o Tribunal fica mais afastado da Moagem, com toda uma zona para estacionamento e permitindo uma zona verde no conjunto entre o Tribunal e a própria Moagem. -

-----Relativamente à questão do diferendo do Bloco da Mata disse que o problema estava resolvido, os moradores tinham perdido a ação. A Câmara tinha sido citada há poucos dias. -----

-----Quanto aos projectos co-financiados disse que pensava que os Deputados tinham recebido todos os projetos co-financiados, as candidaturas da Câmara Municipal, mas se não tivessem mandavam. -----

-----Em relação ao programa de valorização da Quinta do Conde informou, que tinha sido uma candidatura ainda ao programa do QREN de 2007/2013 à época, um programa de uma candidatura global na Quinta do Conde que infelizmente não foi aprovada. -----

-----Sobre as questões da iluminação junto à Moagem disse, independentemente do Sr. Vereador Sérgio Marcelino depois esclarecer, que achava que não se devia responder daquela maneira, e fazia mea-culpa porque a responsabilidade era sempre do Presidente da Câmara. Apesar de nessa altura o problema estar já resolvido, reconhecia que a resposta devia ser formal no ponto de vista das perguntas independentemente dos *timings* em que eram enviadas.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto ao subsídio para a Feira Festa disse que ia a reunião de Câmara, mas podia informar que seria inferior ao ano anterior. -----

-----Relativamente à remoção dos passeios na freguesia de Santiago disse que não havia semana nenhuma que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia não enviasse *emails* sobre o estado das calçadas. Mas de facto não era um trabalho que conseguissem fazer todos os dias nas ruas, iam fazendo paulatinamente em pequenos troços, com pequenas intervenções, que eras o que estavam fazer. -----

-----Sobre a recolha do lixo disse que concordava com o deputado, podiam fazer uma campanha de sensibilização, não bastava a Câmara estar à apostar no âmbito da estratégia para melhorar a área dos serviços urbanos, com a aquisição recentemente de mais uma viatura, para além de outra viaturas que estavam previstas para a recolha do lixo. -----

-----Quanto à presença da Câmara na BTL disse que tinha estado há 2 dias e a questão tinha que ser vista, e tinham discutido isto com alguns operadores turísticos do concelho, primeiro: Sesimbra podia lá estar a promover o destino, mas era preciso ter produto, e não tinham produto ainda. Visitavam um Museu, mas ficavam aonde? Não bastava dizer que era no Hotel Sana Park, ou no Hotel do Mar, tinha que dizer quanto custa, quanto é uma estadia naquele período, quanto é que fica o produto de ir fazer uma visita numa empresa marítima/turística mais uma noite no Hotel do Mar. Presentemente não tinham e estavam a preparar-se para ter. -----

-----Segundo, era muito importante não só a presença da Câmara Municipal como também a dos operadores privados, porque a Câmara não era a única responsável pela promoção do destino, aliás, nem era sua competência também. Citou que a Câmara tinha no seu orçamento, na promoção turística, a presença em certames internacionais, mas não conseguia estar em todo o lado. Agora a avaliação que tinham que fazer era a seguinte: Era preferível ter as fichas todas na BTL onde os visitantes maioritariamente são da Área Metropolitana de Lisboa e já conhecem Sesimbra, ou era mais importante sair da Área Metropolitana para um sítio onde ainda ninguém conhece Sesimbra. -----

-----Quanto ao Hospital do Seixal disse que aquilo que sabiam é que era para avançar, mas só acreditava depois de ver, dizia-lhes a experiência. -----

-----Em relação ao ofício do Sr. Diretor Regional de Educação à Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, disse que fazia duas leituras, até por alguma coisa que conhecia. Tinha sido feita uma pergunta há relativamente pouco pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre a matéria em apreço, e a resposta que tinha vindo da Secretária de Estado não era igual o teor ao que o deputado tinha lido. A resposta tinha sido, que neste momento existia uma obra, que era a da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, mas que se

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

perspetivava a possibilidade de a curto prazo poder haver um entendimento com a Câmara nos mesmos moldes, uma solução para a Escola Michel Giacometti. E a opção da Câmara, sem prejuízo dessa valorização da Michel Giacometti, era a construção da Escola Secundária. Mas ficava preocupado da resposta que tinha sido enviada à Assembleia de Freguesia não ser igual àquela que tinham tido no Grupo Parlamentar, há cerca de mês e meio, será que teria a ver com o acordo entre o PS e o PSD. -----

-----Quanto à reunião com os TST e a reestruturação da rede, disse que a Câmara trabalhou durante um período e ainda mantinha esse trabalho com os TST, na possibilidade da criação de uma carreira urbana dentro da Quinta do Conde. Tinham tido muitas reuniões de trabalho para estudar vários modelos e até tentar convencer os TST, mas da parte destes não tinha havido abertura para uma solução que fosse suportada estritamente pelo operador, passaria sempre por uma operação que a Câmara teria que suportar parcialmente e assumido risco em função daquilo que seria a afluência, que seria controlado pelos TST. E aquilo que a Câmara acordou com a Área Metropolitana de Lisboa, e que foi aceite, foi integrar o referido circuito urbano no quadro da rede da própria Área Metropolitana, no procedimento a realizar-se com um operador público. -----

-----Relativamente à questão da reunião do balanço Carnaval, disse que de facto tinha feito uma reunião com as escolas de samba mas não tinham nenhum estudo sobre o impacto económico. Mas deixava o repto, se a Deputada Luisa Carvalho conhecesse algumas empresas que de forma voluntariosa, ou sem grandes custos, pudesse ajudar a Câmara, teriam muito gosto em poder ter esses números. E não só do Carnaval, porque tinham um conjunto grande de iniciativas que também era importante avaliar. -----

-----Quanto ao novo espaço comercial em Sampaio disse que o processo de licenciamento já decorria de algum tempo, estavam a falar de uma área do PDM que estava para equipamento comercial, a Câmara podia espernear para um lado, espernear para outro, mas não tinha grande margem para não licenciar. Sobre o impacto no comércio local disse que acreditava que tinha. Quanto ao que a Câmara recebia em troca, disse que recebia aquilo que estava previsto na tabela de taxas e licenças. -----

-----Relativamente às acessibilidades ao Tribunal disse que a Câmara já tinha gasto 130 mil euros e estimava-se que tivesse de gastar entre 200 a 300 mil euros em todas as acessibilidades na zona envolvente e também naquele espaço que eram os exteriores do próprio tribunal. -----

-----Em relação ao Centro de Saúde disse que sem ter os projetos de especialidades, que tinham sido entregues há pouco tempo, a estimativa global que tinham com o estudo prévio, era que o edifício pudesse ficar entre 1,2 e 1,3 milhões de euros. A Câmara tinha um financiamento de 950 mil euros, portanto assumia um encargo na casa dos 350 mil euros, sendo que aquilo que tinham proposto na

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

última reunião com a Sr.^a Vice-presidente da ARS, e reconhecendo que seria difícil mudar o acordo e o financiamento que tinham, foi que o dispensário que é propriedade do Ministério da Saúde pudesse vir à posse da Câmara, sabendo que seria um processo sempre difícil porque dependia do Ministério da Finanças. Logo tinha que ser entre esta diferença de valores que custa o projeto quando estiver estabilizado e aquilo que é efetivamente a comparticipação do Ministério que pode ser feita neste encontro de verbas com a doação, ou cedência, do antigo Dispensário para a Câmara Municipal. -----

-----Quanto à reunião sobre o empreendimento turístico da herdade da Aiana, informou que tinha sido com o promotor e com o proprietário que queriam saber se era possível no âmbito do PDM a utilização do solo para habitação. E a resposta que tinha tido da Câmara foi que não era possível. -----

-----Relativamente ao financiamento para o Centro Interpretativo da Arrábida disse que tinha ficado parado por dificuldades orçamentais. A Câmara queria retomá-lo ainda este ano, tentado também estabilizar aqui um conceito que estava em duas vertentes, que era a utilização daquele espaço também pelo NECA – Núcleo de Espeleologia da Costa Azul, que era um parceiro do próprio projeto. E que curiosamente até foi à última reunião de Câmara e acabou por não ser discutido porque não tinha saldo, vai aguardar para a próxima alteração orçamental, um novo protocolo com o NECA, até com inclusão já do Centro de Interpretação da Arrábida, que não tem a ver com a construção física e com a reabilitação, mas sobretudo com as ações e materiais. -----

-----Em relação aos Decretos-lei que o Deputado Paulo Caetano mencionou, sobre a questão das Grutas, disse que não tinha conhecimento. -----

-----Quanto às certificações das estações náuticas informou, que já tinham reunido 4 vezes com a Fórmula Oceano, com alguns dos parceiros, ainda naquele dia à tarde tinha tido uma reunião com mais de 40 parceiros na área do mergulho e do turismo náutico, inclusive a APSS, com o primeiro pontapé de saída, aliás, a Câmara já tinha assumido isso enquanto opção política e estratégica também, e até por si publicamente. Já tinham por parte dos parceiros a identificação dos trabalhos que irá trabalhar a candidatura e a angariação dos parceiros, porque isto não funcionava sem os parceiros públicos e os parceiros privados. Não acreditava, até pela informação da Fórmula Oceano, que houvesse muitas candidaturas até 30 de junho. Aliás, tinha tido a oportunidade de dizer isto ao responsável da Fórmula Oceano, demorou mais tempo a preparação do regulamento para a candidatura, do que o prazo que foi dado para a entrega das candidaturas. A elaboração do regulamento demorou quase 2 anos e a candidatura era cerca de 2 meses e meio. Portanto, era muito provável que a Fórmula Oceano prorrogasse a candidatura. Estavam a falar da assunção de compromissos por parte de um conjunto de

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

parceiros, públicos e privados, e não tinham garantias de conseguir. Ele diria, quem tem a gestão do porto obrigatoriamente tem que estar dentro da estação náutica, inevitavelmente, e quem tem operações dentro do Porto de Sesimbra. -----

-----Por fim, disse à Deputada Bertina que a atividade municipal já trazia um índice, que há um tempo atrás não trazia, portanto iam tentar que em breve trouxesse um glossário. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-presidente da CMS** que disse que efetivamente nos últimos tempos tinham entrado na Câmara alguns projetos de interesse municipal e começava por destacar o projeto para o “Hotel Pinto Leão”, no edifício Pinto Leão, que está na área da ARU, um hotel de 4 estrelas, com 28 quartos, que fica na esquina da Av^a da Liberdade com a Rua da República. -----

-----la ser assinado o protocolo na próxima semana com Burguer King, a instalar na Quinta do Conde, um projeto que trará também muitos postos de trabalho e que será importante para a economia local. ----

-----E o projeto do novo Restaurante MacDonalDs, que prevê a contratação de 40 postos de trabalho diretos, e que será instalado na Venda Nova, a seguir ao Sesimbra Shopping. -----

-----Disse que tinha tido algumas reuniões com promotores que estão interessados em desenvolver projetos de ecoturismo, que seria também importante. Naquele momento estavam com um conflito relativamente à Carta de Risco de Incêndios, estavam a finalizar a revisão da carta, e como é um projeto intermunicipal, juntamente com Palmela e Setúbal, estavam a negociar para que as três Câmaras aprovassem o novo documento. Da parte da Câmara Municipal de Sesimbra estavam finalizados os seus contributos, tinham sido aceites pela empresa que estava a elaborar a Carta, se fosse possível a homologação por parte do ICNF, alguns projetos que estavam inviabilizados poderiam vir a ser viáveis.-----

-----Referiu que não era menos importante para o desenvolvimento do concelho o grande projeto do Cabo Espichel e aquilo que se previa que viesse a receber em termos de oferta turística. No início de maio iam ter a reunião final com a Igreja, no sentido de finalizarem o programa de acordo entre a Câmara e a Diocese, onde ficavam consignadas quais os direitos e as obrigações de cada uma das partes e onde através desse protocolo seja possível fazer em regime de propriedade horizontal para que a Câmara pudesse colocar na Plataforma Reviva metade da ala sul que ficaria para alavancar todo o empreendimento e toda a oposta na ala norte. De acordo com as últimas reuniões que tinham tido no Instituto do Turismo, logo que o processo da Igreja estivesse finalizado estavam em condições de começar a elaborar os cadernos de encargos. Portanto, estavam a trabalhar com o Instituto de Turismo para que ainda em 2018 o Cabo Espichel pudesse ser colocado na Plataforma Reviva para ver se havia promotores interessados num empreendimento turístico para aquela zona.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto às Villas de Sesimbra disse que tinha sido uma visita ao local para perceberem, em termos urbanísticos, algumas questões que o promotor estava a colocar, para perceberem a fase da obra e para discutirem algumas questões quanto ao estacionamento.-----

-----Em relação ao Etosoto informou que tinham feito uma reunião, pensava que no seguimento da recomendação que a Assembleia Municipal tinham feito à Câmara, e o que o promotor lhes disse foi que aqueles caminhos, que durante muitos anos foram utilizados pela população, efetivamente não estão registados como caminhos públicos. No entanto faz parte da filosofia e do conceito do próprio empreendimento, segundo o que disse o promotor, que aquilo seja fruído pela população e uma interacção desejável pela comunidade envolvente. Portanto, da parte do promotor, tinha ficado garantido que todas as pessoas que quisessem passar o podiam fazer desde que não fosse em carros, apenas de bicicleta ou a pé. Naquele momento estava em curso o processo de licenciamento, mas isto iria ficar no caderno de encargos que iam estabelecer com eles.-----

-----Relativamente ao Centro de Saúde da Quinta do Conde e às instalações velhas, disse que na presente semana tinham tido uma reunião com a Dr.ª Bárbara, que é a Diretora do ACES Arrábida, que os tinha informado que o atual Secretário de Estado lhe tinha dito que estavam à espera de um estudo que iria dizer se em termos económicos era mais rentável fazer uma reutilização com uma remodelação naquelas instalações, ou fazer um edifício novo. O próprio Diretor do Centro de Saúde da Quinta do Conde também tinha que fazer qualquer remodelação no antigo espaço do Centro de Saúde não fazia sentido. Porque o espaço era muito pequeno e porque qualquer intervenção seria destruir tudo o que lá estava, porque eram pavilhões pré-fabricados e já estavam velhos e sem condições de serem reutilizados. Portanto, o que era desejável era a construção de uma nova Unidade de Saúde, não junto das atuais instalações, mas numa outra zona da freguesia, até para permitir que a população, alguma idosa, que mora no Conde 1 não tenha que se deslocar. Portanto ter duas unidades localizadas em sítios diferenciados para de uma forma melhor distribuir os utentes. De qualquer forma, aquilo que tinha percebido pelas palavras da Sr.ª Diretora do ACES Arrábida, quer pela Sr.ª Presidente da ARSVT nas reuniões que tinham tido, era que neste momento não havia qualquer definição em relação à ampliação das instalações, à requalificação das antigas, ou à construção de um edifício novo numa outra zona da freguesia. Portanto continuavam segundo eles em estudo.-----

-----Depois **a Presidente da AMS** perguntou aos Líderes dos Grupos Políticos se ainda havia alguma questão para colocar, tendo-lhe sido respondido que não.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Então deu a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que esclareceu, que a reunião com os TST tinha sido com a intenção de fechar o processo de 2018/2019, visto que, como já tinha dito o Sr. Presidente, no final de 2019 iriam ter um concurso que seria feito no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Disse que as questões que têm vindo a ser tratadas com os TST têm tido sempre a intenção da melhoria do serviço público de transportes. Tinham delegado esta competência na AML e naquele momento os documentos estavam todos lá, mas a opinião da Câmara e dos técnicos da Câmara é que iria prevalecer, certamente.-----

-----Seria alargado o transporte, quer no período de verão, quer no período de inverno, de Sesimbra para Setúbal e de Sesimbra para Lisboa, porque presentemente a última carreira que saia de Sesimbra para Setúbal é às 19h00, e passará para as 21h00. Iriam também experimentar a ligação a Alfarim/Marco do Grilo, porque presentemente quem quiser ir para Lisboa terá obrigatoriamente que ir por Santana. E pensavam que se conseguissem avançar com esta ligação Alfarim/Marco do Grilo, depois tinham a ligação quer para a Quinta do Conde, quer para Lisboa, existiria certamente uma poupança de 20 minutos.-----

-----Iam experimentar durante 2 meses que a carreira urbana passasse a ir ao Parque de Campismo, e se se justificasse continuaria a ir. Também iriam fazer uma alteração na urbana Sesimbra, presentemente tinham dois circuitos, um Nascente e outro Poente, o que faz que quem quiser ir do lado Nascente para o Poente tenha que apanhar 2 autocarros, seria um autocarro único com a mesma regularidade dos dois.

-----Acrescentou, que tinham feito também um forcing para que aquelas carreiras que existem no período escolar também se mantenham no período das férias escolares.-----

-----Relativamente às questões com a EDP, disse que a Câmara tinha um contrato de concessão em qua a EDP é a responsável pela manutenção da rede da iluminação pública. A força que podiam fazer perante a EDP era pouca. E desde novembro, já iam 6 meses, qua a EDP não fazia um único investimento no município de Sesimbra. Tinha muita dificuldade em reunir, quer com o Diretor da área distrital de Setúbal, quer com o Diretor da área metropolitana, porque tinham toda uma série de projetos, pavimentações, projetos que já vinham do passado, na Quinta do Conde, na Rua dos Casais Ricos, em Sampaio, uma série de apoios a nível das telecomunicações que tinham que os desviar para que houvesse mobilidade, caso não aconteça tinham os apoios no meio do passeio, e a EDP não lhes dava resposta. Até podiam enviar aos deputados todos os *emails* que tinha enviado, a pedir que intervenham, a pedir que façam aquilo com que se comprometeram, mas desde final de novembro de 2017 que a EDP não lhes dava resposta. E relativamente à iluminação pública, aquilo que faziam era alertar quase todos os dias.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Presidente da AMS** disse que esperava que não houvesse mais questões para colocar, para que pudessem passar ao ponto seguinte. -----

-----Depois deu a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que quis clarificar quanto ao conceito, estavam a falar da EDP distribuição, tentava-se usar sempre o chapéu da EDP como um todo. E por outro lado, pensava que uma intervenção do município junto da entidade reguladora ia ajudar a resolver alguns dos problemas de relacionamento, tinham também a obrigação de fazer cumprir os regulamentos em vigor, portanto o facto de haver um contacto com a entidade reguladora de certeza que ia ajudar. -----

-----**A Presidente da AMS** referiu que era sempre uma atividade municipal vasta face às questões colocadas e também ao esclarecimento mais concreto e pormenorizado sobre as mesmas. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** solicitou a interrupção dos trabalhos. Os trabalhos foram interrompidos por 5 minutos.-----

-----Retomados os trabalhos, a **Presidente da AMS** deu início ao **2º Ponto – Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra**.-----

-----Informou que o presente regimento se enquadrava dentro daquilo que era o quadro legal, isto era, dever-se-ia no início de cada mandato, após a instalação da Assembleia Municipal proceder-se à revisão do regimento em vigor. Naturalmente que o regimento que até ao momento os estava a reger, era um regimento que ao longo dos últimos anos tinha alguma estabilidade na medida em que a primeira introdução, ou aquando de uma maior revisão, que ocorreu há 2 ou 3 mandatos a esta parte, tinha obedecido a um conjunto de novidades e de elementos que pudessem vir a melhorar o funcionamento da assembleia. Nesta medida era evidente que a revisão não tinha deixado de ser cautelosa, ponderada, com debates, com esclarecimentos do quadro legal, e que permitiu também um conhecimento pormenorizado daquilo que eram os vários momentos do funcionamento da Assembleia Municipal.-----

-----Disse que queria realçar que o regimento que estavam a apresentar, como proposta da Comissão de Líderes, tinha merecido a sua análise e aprovação, uma vez que ao longo de 6 ou 7 reuniões, tinha sido alterado, subscrito, modificado. E portanto tinham tido a oportunidade de melhorar um pouco alguns aspetos e pontos a incluir, nomeadamente, quanto às questões das comissões que mais à frente falaria. Contudo, do conjunto daquele regimento apenas a alínea q) do nº. 2, do artigo 3º, que refere: *“Eleger em cada mandato o Provedor Municipal, nos termos do Regulamento próprio”*, não tinha obtido consenso. E gostaria de sublinhar a palavra consenso, na medida em que as comissões não têm poder deliberativo, e como não têm teriam de procurar um consenso entre os membros da comissão. E caso não fosse expresso por unanimidade, teria que ser a assembleia a deliberar em momento final sobre essa matéria. ---

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que um dos aspetos que gostaria de salientar era o artigo 19º, que se refere aos “Debates Específicos”. Os debates específicos são, e a assembleia já tinham realizado vários, dedicados a matérias específicas que de algum modo, ou são provenientes do trabalho das comissões, ou são resultado do trabalho da comissão, ou são sob propostas ao nível da Assembleia Municipal, e no fundo são o figurino de uma sessão extraordinária. No regimento ainda estava em vigor falava de debates da freguesia, de debates sobre o concelho, e tinham retirado essas componentes na medida em que elas não tinham sido atingidas, provavelmente teriam algumas dificuldades em as puderem atingir, e nesse caso tinham colocado “Debates Específicos”, porque lhes parecia que embarcava tudo. -----

-----Disse que uma questão que os tinha movido bastante dizia respeito ao artigo 35º, que se refere ao “Período Antes da Ordem do Dia” (PAOD), porque tinham a consciência que quando este período ultrapassa os 60 minutos e a sessão da assembleia começou às 21h30, era difícil antes das 23h30 um município poder intervir. Portanto no que diz respeito ao “Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos”, que ocorre após o “PAOD”, foi acordado pela Comissão de Líderes que o “PAOD” deve ter um intervalo para dar oportunidade a que os municípios possam intervir. Era óbvio que qualquer situação que fosse diferenciadora desta participação, a Comissão de Líderes tinha sempre a decisão de poder alterar a ordem, dar primeiro a palavra aos cidadãos e depois entrar no “PAOD”. Portanto ficava consubstanciada no regimento esta metodologia, expressa no nº 5, do artigo 35º e também no artigo 36º. -----

-----Referiu que a questão da atividade municipal também tinha sido discutida, porque a atividade municipal era, podia dizer-se, a verdadeira função superior da Assembleia Municipal no que respeita à atividade do município, que se tinham desenvolvido num determinado período. E foi sempre impossível, ou porque as questões colocadas eram inúmeras, ou porque estas exigiam uma explicação pormenorizada, ou porque os presidentes, e aqui fazia a referência ao Presidente Augusto Pólvora, sempre que falava de um projeto tinha que falar da largura do passeio, e tinha-o chamado muitas vezes à atenção, mas isto tinha a ver com a forma como as pessoas conseguem apresentar as situações. E por essa mesma razão, e para se aproximarem da realidade, a partir daquele dia, a ser aprovado o regimento, cada bancada teria 10 minutos para colocar as questões. Nesse sentido tinham 50 minutos de questões colocadas à Câmara. O Sr. Presidente da Câmara teria 10 minutos para fazer uma apreciação inicial. E teria depois 50 minutos para responder às questões. Isto significava que em termos corretos tinham 1h50, mas no artigo nº. 8 do Regimento refere que este período não pode ultrapassar as 2 horas. Era fundamental que percebessem esta organização temporal de intervenções, porque tinha sido uma questão que envolveu muito a Comissão de Líderes que entendeu que se deviam aproximar da realidade.--

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Outra matéria que os tinha envolvido bastante, e que fazia parte da ordem de trabalhos da presente sessão, tinha sido a constituição das comissões. As comissões eram, e perdoassem-lhe a personalização, uma forma de descentralização de responsabilidades nos deputados, mas também uma forma de apreciação pormenorizada dos assuntos pelos quais as comissões eram responsabilizadas. Nesta matéria também era útil, que tivessem uma maior participação e intervenção de todas as bancadas, ou da maioria dos grupos políticos presentes na Assembleia Municipal. E por isso tinham feito um esforço para que a redistribuição dos conteúdos e também a denominação das comissões pudessem consertar não só as áreas importantes para o município, mas também as áreas que são uma preocupação permanente e presente. E nessa medida tinham a constituição de 6 comissões, que abarcam de facto um conjunto de áreas importantes à vida do município e que no fundo também eram plasmadas, e aqui tinham feito alguma leitura, em consonância com as Grandes Opções do Plano. E nesta medida tinham ali também a respetiva composição das comissões. E gostava de convidar os colegas a visitarem alguns *sites* de Câmaras Municipais e verificar alguns regimentos, porque sem terem ali a “pompa e circunstância” de terem aquele privilégio, julgava que este era um indiscutível direito que os diversos grupos da Assembleia Municipal devem ter, de participar o mais possível nas comissões. E nessa medida tinham a participação de todos os deputados à exceção de uma, ou seja, se era 5 participavam todos em 4, se eram 6 participava todos em 5, e esta premissa era importante para haver uma participação efetiva na maioria das comissões que a Assembleia Municipal estava a apresentar no seu Regimento. -----

-----Uma questão também muito debatida foi se deviam ser eleitos, ou não, os novos Coordenadores, na medida em que 5 coordenadores já tinham sido eleitos, e como surgiu uma 6ª comissão apenas deveria ser eleito o coordenador, ou coordenadora, desta comissão. E ao fim desse debate e também da participação do Gabinete Jurídico, tinha sido entendimento duas questões. Ao nível da Comissão de Líderes, entendiam que dado haver alteração na denominação e no número das comissões, que de 5 passavam a 6, e também a alteração dos seus conteúdos, devia ser feita a eleição para os 6 Coordenadores que respondem às 6 comissões. E dada esta dúvida que surgiu, a partir daquele momento este esclarecimento devia ser colocado no regimento da Assembleia Municipal. E por isso mesmo o apontamento final era dedicado àquilo que tinham denominado no artigo 68º, que refere: *“No início de cada mandato, proceder-se-á a uma nova eleição. Procedendo-se contudo a nova eleição caso as áreas de intervenção e denominação das comissões sejam diferentes.”*-----

-----Por fim, disse que tinham procurado criar um documento que não criasse um aperto ao funcionamento da assembleia, mas que plasmasse aquilo que é o normal funcionamento da assembleia e

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

como ajuda à melhoria do seu trabalho. Considerava o trabalho que tinham desenvolvido, extremamente positivo, importante, e que tinha permitido de facto contributos de vária ordem. Era previsto naquele regimento, ou regimentos, que se houvesse perante as condições que eram colocadas necessidade de fazer acertos, ou alterações, era evidente que as tinham que fazer. No entanto julgava que tinham ali presente um documento importante para continuar os trabalhos da Assembleia Municipal. -----

-----Depois a **Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que não considerava que tinham um novo regimento, considerava que tinham um regimento, e o trabalho que tinham desenvolvido ao nível da Comissão de Líderes tinha permitido melhor bastante o documento. Era óbvio que aquelas alterações tinham que ser feitas ao tempo em que as mesmas acontecem, ou seja, aquele era o documento que achavam adequado ao presente mandato, só que era um documento que nunca estava fechado e daí fazerem a revisão em cada mandato e isto era positivo, porque iam adequando o regimento aos tempos. A Sr^a Presidente tinha falado basicamente tudo, gostaria apenas de salientar que tinha sido importante a entreaajuda de todos os elementos da comissão para obter o documento final, só era pena que não tivesse havido consenso quanto à questão do provedor do município. Como todos sabiam, defendiam a existência desta figura, continuavam a defender e isso ia reflectir-se na votação do regimento. Quanto ao resto pensava que tinha havido consenso em todas as matérias, apesar de terem defendido quanto à eleição dos Coordenadores, que uma vez eleitos no início do mandato voltar a elegê-los não faria sentido. Esperavam que não acontecesse o aconteceu há uns anos atrás com o provedor do município, estava tudo definido para ser aquele provedor e depois a votação revelou que não tinham conseguido o consenso necessário. Mas pensava que isso não ia acontecer, os coordenadores já tinham sido eleitos, já tinham mostrado as suas capacidades, e, pelo menos o MSU, iam manter a confiança naqueles que já estavam eleitos. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** referiu que a revisão do regimento tinha sido debatida em 6 ou 7 reuniões da Comissão de Líderes, todos ali sabiam qual era o ponto em que não houve concordância de todos os Líderes, todo o resto tinha sido por concordância de todos, portanto nada a dizer. Como o Deputado Miguel Ribeiro tinha dito, o regimento era um documento que não estava fechado, qualquer deputado podia sugerir e fazer uma alteração e daí ser analisada a possibilidade, ou não, de alteração. Portanto pensava que estavam em condições de votar o novo regimento. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** começou por referiu que apesar de terem chegado a uma redação final, que se tinha considerado que podia vir a votação, não podia deixar de salientar que da parte do Partido Socialista tinha havido um conjunto de pontos em que não tiveram total acordo. Em relação a solução

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

final tinham deixado espelhado, quer na posição nas reuniões, quer depois na própria revisão das atas, esses pontos claros, e que se prendiam essencialmente com as seguintes questões: -----

-----A distribuição dos tempos que estão para o “Período da Ordem do Dia”, porque quando se assume que todos os grupos políticos têm 10 minutos, caíam em situações como as que já tinham visto naquele dia ali. Em que grupos políticos com menor representação, com um ou dois, deputados, têm o mesmo tempo que um grupo com maior representação, isso acabava naturalmente por limitar a capacidade de intervenção do conjunto de deputados. E quando constituíam as listas para as eleições tentavam ter uma diversidade de pessoas a constituir essas listas, precisamente para tirar partido das com a finalidade dessa pluralidade. -----

-----Depois a questão da reeleição dos Coordenadores das Comissões e da própria alteração do conteúdo das mesmas, tinham deixado também uma posição clara sobre alguns conteúdos que tinham sido reorganizados e que permitiram a criação de uma nova comissão. Consideravam que alguns desses conteúdos não ligariam bem uns com os outros e criariam até situações de comissões que já tinham conteúdos estabelecidos anteriormente e que iam criar algumas dúvidas. E naquele dia já tinham visto em relação ao trânsito, em que teriam de mandar a proposta sobre a questão do trânsito na Quinta do Conde para as duas futuras comissões, a Comissão “2” e a Comissão “6” analisarem, porque se tinha partido o tema do ordenamento do território e do trânsito, e da mobilidade. E já era um constrangimento que estava ali a surgir e precisamente a refletir a preocupação que tinham colocado. -----

----- **O Deputado João Valente** mencionou que o trabalho desempenhado nas reuniões tinha sido um trabalho profícuo, todos sem exceção tinham dado contributos para o texto que estavam ali a relatar e que a Sr.ª Presidente tinha apresentado o mais sintetizado possível. Disse que o documento apresentado há pouco no “Período Antes da Ordem do Dia”, enquadrava-se bem na Comissão “6”. Portanto a bancada da CDU encontrava-se em condições para votar, fazendo referência apenas à reintrodução, ou não, da alínea q) do artigo 2º, que seria votada em plenário e que presumia que seria única a ser votada. -----

-----**A Presidente da AMS** referiu que de facto a questão que o Deputado Sérgio Faias tinha focado, sobre a proporção dos tempos de cada bancada, ela própria não tinha defendido, naturalmente, essa perspetiva por uma simples razão. Sabia que era esse o procedimento da Assembleia da República, sabia que era o procedimento de algumas Assembleias Municipais, ou seja, quantos mais pessoas as bancadas têm mais tempo têm. E a lógica que tem havido também da parte da perspetiva da CDU, era defender que quando um deputado é eleito tem um conjunto de munícipes que acreditam no seu projeto e na sua postura. A diferença de terem um deputado ou terem 10, era porque naturalmente mais pessoas

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

votaram naquele conjunto de pessoas, mas isso não retirava que a pessoa, que era a única na bancada, não tivesse que assumir e assegurar aquilo que era a sua representação dos munícipes do concelho. Nessa medida não havia 2 minutos, 5 minutos, ou 10 minutos, havia sim o tempo que todos tinham. Naturalmente que uns tinham que ter a capacidade de distribuir tarefas, outros nem tanto. O Deputado Lobo da Silva que era o único porque a colega estava na Mesa, embora os membros da Mesa pudessem intervir, também tinha que encontrar mecanismos que fizessem a prestação do partido que representavam. Era nessa medida que havia aqui uma certa equidade política e respeito por aquilo que era a participação dos munícipes. Podia até dizer que nem todos os elementos da CDU, em termos globais, possam concordar com esta perspetiva, e também sabia que havia assembleias que funcionavam exatamente como o colega Sérgio tinha defendido. -----

-----Quanto à questão da eleição dos coordenadores disse que aqui estava apenas e só uma questão de coerência. Se na realidade as comissões tinham novo texto, se o seu conteúdo tinha novos temas, era entendimento da bancada da CDU que se devia proceder a uma nova votação. Tinha havido de facto muito debate entre a Comissão de Líderes, mas tinham também chegado ao consenso que não havia necessidade de colocar esta questão no debate da assembleia.-----

-----Também tinham acordado na Comissão de Líderes, e lembrava quando há 4 anos tiveram o mesmo procedimento e foi expresso alguma incompreensão, sobre o modelo de deliberação do regimento, dado que todo o documento que era ali presente ter o consenso positivo de todos, não teriam necessidade de fazer uma deliberação ponto a ponto. Mas, então passariam em primeiro lugar a ter uma auscultação à assembleia sobre a questão que não foi de consenso, que foi a questão da alínea q) do nº.2, do artigo 3º, que tinha sido expresso pelo Deputado Miguel Ribeiro, e que o deputado Sérgio Faias não o fez, mas que ela pensava que teria esse mesmo sentimento.-----

-----Deu novamente a palavra aos Deputados Municipais.-----

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que quanto ao provedor do munícipe sabia qual era a opinião generalizada de algumas bancadas, que entendiam o provedor como uma entidade política, nesse sentido os deputados municipais, representantes do povo que votou, ali na assembleia, substituíam a função do provedor, ou seja, a existência de um provedor não fazia sentido dado que existem deputados municipais. A bancada do MSU entendia, e era por isso que iam votar a favor do provedor, que a dimensão do provedor era muito mais que uma questão política. E até defendiam, que o provedor devia ser uma pessoa mais independente possível, mais responsável possível e com grande dignidade na função. E isto porquê? Porque era a ligação do cidadão no procedimento da autarquia com os munícipes.

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

E os deputados da assembleia não faziam isso, nem estavam presentes, nem eram os destinatários nas relações normais do cidadão com a autarquia.-----

-----Realçou que seria tão benéfico, havendo esse polo de comunicação, quer para eles, quer para a autarquia, porque passavam a ter um elemento que absorvia as questões, de reclamações, de atrasos, que seria obrigado a fazer um relatório mensal, semestral, anual, o que quisessem, para a própria Câmara ter a noção exata de quais eram os focos em que havia mais ou menos necessidade, de resposta ao cidadão. E os deputados municipais não têm condições de ter acesso a esta realidade, não têm forma de saber se há dificuldades no relacionamento entre os cidadãos e a Câmara. Até mesmo para o Presidente seria uma forma de se aperceber quais são os pontos fracos e os fortes no relacionamento entre os serviços da câmara e o cidadão e era nesta ótica que devia haver um provedor. Não queriam um provedor para recolher informações e vir à assembleia questionar o Presidente, porque para isso estavam ali eles. Sabiam que algumas bancadas não iam votar favoravelmente, mas esperavam que daqui a 4 anos quando houvesse a nova revisão do regimento, que ponderassem e nesse sentido votassem favoravelmente para a melhoria da relação entre a autarquia e o munícipe.-----

-----**O Deputado Rui João** disse que a posição da CDU em relação ao provedor tem sido coerente ao longo dos seus mandatos e era a posição que iriam manter. E bastava ver os relatórios de quando existiu um Provedor Autárquico na Câmara Municipal de Sesimbra, os resultados e o trabalho não tinha sido tão importante quanto deveria ter sido, mas isso poderia ter a ver com as características da pessoa que era provedor, mas não queria entrar em mais diálogo. Mas de facto os deputados da Assembleia Municipal eram os provedores autárquicos e tinham exemplos que tinham acontecido no mandato anterior, por exemplo, a população da Azoia que se dirigiu à assembleia com um abaixo-assinado. Os deputados da assembleia eram eleitos e eram os provedores que os munícipes deviam ter junto com a Câmara Municipal de Sesimbra. E da mesma forma que a população da Azoia fez, que se sentiu lesada nos seus interesses e remeteu um abaixo-assinado à Assembleia Municipal, que é o principal interveniente junto da Câmara Municipal, para resolver o problema, todos os munícipes podem fazer. E tinham outros casos, o elevador da Califórnia, a Rua 2 de abril, a funcionária de uma escola, munícipes que se deslocaram à assembleia e foi através desta que muitos problemas chegaram à Câmara Municipal. Portanto eram coerentes no seu entendimento sobre o que deveria ser o Provedor e não entendiam ser necessário criar mais uma figura que estava criada automaticamente, todos eles que tinham sido eleitos, que tinham dado a cara, tinham legitimidade para qualquer cidadão do concelho de Sesimbra se lhes dirigir, que eles fariam chegar os seus problemas à Câmara Municipal. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Deputada Sandra Carvalho** disse que pensava que havia ali alguma confusão daquilo que possa ser o provedor autárquico, ele não podia sair muito do quadro legislativo daquilo que é um provedor, e portanto aquilo que são algumas funções, aquilo que o Deputado João Rodrigues afluou não caberiam muito bem numa função de provedor, na sua ótica e tendo em conta o quadro legislativo que rege a figura. Por outro lado, para lançar esses alertas à gestão de topo e ao executivo existe um Sistema de Gestão de Qualidade, implementado na Câmara Municipal de Sesimbra, que faz auditorias regulares, que emite relatórios, existe um Sistema de Tratamento de Sugestões e Reclamações. Existem canais de recebimento e tratamento dessas evidências, e essas situações chegam todas elas ao executivo, quer através de relatórios apontando soluções, ou hipótese de soluções, ou fazendo aquilo que o Deputado João Rodrigues quis dizer, medindo o pulso à organização e lançando alertas à gestão de topo para as medidas que deve tomar, e isso é feito anualmente. Podiam dizer, em termos das reclamações recebidas, que enquanto tiveram um provedor tiveram muito mais reclamações recebidas, do que desde que a Câmara tem o Sistema de Gestão de Qualidade implementado, com um procedimento definido para o tratamento de sugestões e reclamações. Portanto as medidas de alerta existiam. Outras que são mais de opção técnica e até mesmo política existiam diversos eleitos que poderiam ouvir as populações, exatamente como tinha referido o Rui João, e portanto existiam uma série de mecanismos ao dispor do município e uma série de órgãos que estavam ali a responder pelo facto de terem sido eleitos pelos munícipes, que podiam perfeitamente fazer esse papel, por um lado, e os relatórios técnicos que chegavam à gestão de topo que faziam a outra parte do trabalho. Efetivamente na sua ótica não via qualquer razão para haver um provedor autárquico. -----

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que aquilo que lhe dizia a sua experiência era que normalmente o munícipe ia reclamar junto da entidade que o tinha atendido. E não era a entidade que o tinha atendido que ficava com o assunto, as organizações eram todas assim, e só quem não conhecia a realidade é que podia dizer o contrário, porque na verdade normalmente todos eles iam reclamar ao sítio onde tinham sido mal atendidos, no próprio serviço, e o provedor estava fora desse circuito. E mesmo que houvesse dentro da própria organização formas de receber as reclamações, mas o provedor era uma entidade fora da organização. E era quando a organização não respondia, ele era o interlocutor para chamar a atenção sobre o serviço, ou sobre a questão que lhe tinha sido colocado. E eles nunca iriam fazer isso na assembleia, nenhum munícipe viria à assembleia falar do relacionamento com a Câmara, alguma exceção podia haver, mas no dia-a-dia ninguém vinha à assembleia municipal. E era neste sentido que dizia, as pessoas sabiam o que ele estava a dizer, que fazia sentido haver um provedor. -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Paulo Caetano** disse que queria acrescentar, em jeito de reflexão, porque achava que se devia continuar a pensar de haver uma pessoa, provedor ou provedora. Pegando nas palavras do Rui João, obviamente que todos eles, deputados eleitos, representavam a população, e obviamente que eram um veículo daquilo que entendiam ser o sentimento da população em relação ao município, em relação à Câmara Municipal, etc. Mas pensava que havia sempre um enviesamento na representação deles, porque eram representantes de bancadas políticas, fossem independentes ou não, e também falava dele próprio. E um provedor, ou provedora, garantia pelo seu próprio estatuto uma imparcialidade que nenhum deles conseguia garantir, nem sequer tinham essa obrigação de garantir, porque tinham a sua forma de pensar, a sua personalidade, mas de facto estavam vinculados à bancada e ao grupo político, independente, ou partidário, que os tinha colocado ali por voto popular. Portanto não conseguia perceber como é que se podia misturar as duas coisas, enviesamento “político” inerente ao estatuto deles na assembleia e a imparcialidade que o provedor com o estatuto de provedor pode garantir. -----

-----**A Presidente da AMS** referiu que não havia mais nenhuma intervenção, os apontamentos de reflexão, os contributos de posicionamentos diferentes, tinham sido referidos pelas diversas bancadas, portanto pensava que se encontravam em condições de passar à votação. -----

-----Colocou à votação, primeiro a alínea q) do nº. 2, do artigo 3º, e em seguida o Regimento na sua globalidade.-----

-----A Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberou por maioria, com 13 votos a favor (11 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP) e 10 votos contra (7 PS, 2 MSU, 1 BE), não integrar a alínea q) do nº 2 do artigo 3º na proposta do Regimento da Assembleia Municipal: “Eleger, em cada mandato, o provedor municipal, nos termos do regulamento próprio”. -----

-----Deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (11 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) e 7 abstenções do PS aprovar o regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra.-----

-----Perguntou aos deputados se queriam apresentar Declaração de Voto.-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que ia enviar a Declaração de Voto da bancada do PS, mas que a mesma ia no sentido da sua intervenção, que não ia repetir face ao adiantado da hora. -----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que a Declaração de Voto do MSU ia no sentido da defesa que tinham feito da questão do provedor, os serviços prestados pela autarquia deviam ser escrutinados por uma entidade independente e imparcial. -----

-----Não havendo mais declarações de voto para apresentar, **a Presidente da AMS** deu início ao **3º Ponto – Composição das Comissões Permanentes**.-----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Informou que este ponto dizia respeito à sua composição, isto era, a participação dos diferentes grupos municipais nas diversas comissões. Indicou que estava a ser projetado um quadro que ajudava a perceber que existia uma redistribuição de todos os elementos das bancadas por todas as comissões. --

-----Perguntou se alguém desejava intervir, mas como ninguém se manifestou, passou de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar a seguinte Composição das Comissões Permanentes: -----

-----Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão 2) - 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do PPD/PSD.CDS-PP; 2 elementos do MSU; 1 elemento do BE. -----

-----Comissão Sociocultural (Comissão 3) - 9 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 2 elementos do PPD/PSD.CDS-PP; 2 elementos do MSU; 1 elemento do BE. -----

-----Comissão de Desenvolvimento Económico (Comissão 4) - 6 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elementos do PPD/PSD.CDS-PP; 1 elemento do MSU. -----

-----Comissão de Administração e Finanças Autárquicas (Comissão 5) - 9 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 2 elementos do PPD/PSD.CDS-PP; 2 elementos do MSU; 1 elemento do BE. ----

-----Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança (Comissão 6) – 9 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 2 elementos do PPD/PSD.CDS-PP; 2 elementos do MSU; 1 elemento do BE. ----

-----Depois a **Presidente da AMS** deu início ao **4º Ponto – Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes**-----

-----Informou que todas as folhas, de cores diferentes, tinham a identificação da respetiva Comissão, Comissão “1”; Comissão “2”; Comissão “3”, Comissão “4”; Comissão “5”; Comissão “6”. Disse que naturalmente não tinha sido incumbida de fazer qualquer reparo sobre as comissões, mas o espírito que a Comissão de Líderes tinha tido foi no sentido de fazer a eleição de todas as Comissões tendo presente o trabalho que as anteriores já tinha realizado e que era importante que se mantivesse. -----

-----Seguidamente foram distribuídos os respetivos boletins de voto.-----

-----Recolhidos os boletins e após a contagem dos votos, verificou-se que:-----

-----A Assembleia Municipal elegeu por escrutínio secreto os seguintes Coordenadores para as Comissões Permanentes:-----

-----Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente – **José Manuel Lobo da Silva;**

-----Comissão Sociocultural – **Rui João Graça Rodrigues;** -----

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comissão de Desenvolvimento Económico – **Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho**;---

-----Comissão de Administração e Finanças Autárquicas – **João Carlos Guimarães Rodrigues**; -----

-----Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança – **Paulo do Carmo de Sá Caetano**.-----

-----**A Presidente da AMS** desejou, em nome da Mesa, a todos os Coordenadores eleitos um bom trabalho e que o seu contributo fosse profícuo não só para o concelho como também para o desenvolvimento e enriquecimento da Assembleia Municipal. -----

-----Depois deu a palavra aos coordenadores eleitos.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** agradeceu os votos que nele depositaram, para coordenar a Comissão “2”, referindo que mais uma vez se tinha provado que “palavra dada é palavra honrada”.-----

-----**O Deputado João Rodrigues** agradeceu a confiança que tinham depositado nele para continuar a coordenar a Comissão “5”. -----

-----**O Deputado Paulo Caetano** agradeceu à Sr.^a Presidente pela solução que tinha arranjado para poderem intervir. Aceitava com todo o sentido de responsabilidade a coordenação da Comissão “6”, embora tivesse manifestado, num círculo interno e por via do representante da sua bancada na Comissão de Líderes, o seu desacordo quanto à própria constituição da Comissão “6”, mantinha essa posição, porque muitos dos temas desta comissão pertenceriam por direito e por lógica noutras comissões, nomeadamente na Comissão “2” onde também fazia parte. Isso não lhe retirava o sentido de responsabilidade em trabalhar em prol da Comissão “6”, abrindo obviamente as portas para poder organizar reuniões conjuntas com as restantes comissões.-----

-----**O Deputado Rui João** agradeceu aos colegas da assembleia a confiança depositada em si para coordenar a Comissão “3”, já estavam a trabalhar e iriam desenvolver o trabalho que tinham começado. ---

-----**A Deputada Sandra Carvalho** disse que queria agradecer mais uma vez reiterando o convite de agradecimento e sentido de responsabilidade com que continuaria a exercer as funções como coordenadora da Comissão “4”.-----

-----Não havendo mais nada a fosse tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da AMS** disse que embora não tivesse sido eleita naquele dia, mas tinha sido eleita pela população do concelho de Sesimbra e sobretudo por cada um dos deputados aquando da instalação

Ata nº8 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

da Assembleia Municipal, naturalmente que a sua prática era aquela a que já se tinham habituado, sentido de responsabilidade, luta por consensos e clareza no trabalho. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, tendo sido dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e trinta minutos do dia 21 de abril de 2018.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----